

Agranuta y wantanin harak

AC. 24030





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

341.419709811 P22192

consulta

Relatório de Gestão

2009/2010

Tribunal Pleno

DIRECÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes

Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha Vice-presidente

Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaiad Corregedora de Justiça das Comarcas da Região Metropolitana de Belém

Desembargadora Maria Rita Lima Xavier Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior



CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS



Des. Rômulo José Ferreira Presidente



G. Noronha Vice-presidente



Daher Abufaiad Corregedora da Região



Metropolitana de Belém



Des. Milton Augusto Desa. Maria Helena de Brito Nobre D'Almeida Ferreira





Desa. Luzia Nadja Guimarães Nascimento



Desa. Dahil Paraense



da Cruz Júnior

Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

Desembargadora ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER

Desembargadora DAHIL PARAENSE DE SOUZA



Desa. Célia Regina de Lima Pinheiro Cordenadora dos



Des. João José da Silva Maroja



Desa. Albanira Lobato

Desa. Vânia Valente do **Couto Fortes Bitar Cunha**



Des. Raimundo Holanda



Desa. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães



de Souza



DESEMBARGADORES

Desembargadora ALBANIRA LOBATO BEMERGUY

Desembargadora MARIA HELENA D'ALMEIDA FERREIRA

Desembargador MILTON AUGUSTO DE BRITO NOBRE

Desembargadora RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

Desembargadora THEREZINHA MARTINS DA FONSECA

Desembargador RÔMULO JOSÉ FERREIRA NUNES

Desembargadora LUZIA NADJA GUIMARÃES NASCIMENTO

Desembargador JOÃO JOSÉ DA SILVA MAROJA

Desembargadora VÂNIA VALENTE DO COUTO FORTES BITAR CUNHA

Desembargador RAIMUNDO HOLANDA REIS

Desembargadora MARIA RITA LIMA XAVIER

Desembargadora ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD Desembargadora BRIGIDA GONÇALVES DOS SANTOS

Desembargadora VÂNIA LÚCIA CARVALHO SILVEIRA

Desembargador CONSTANTINO AUGUSTO GUERREIRO

Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS

Desembargador RICARDO FERREIRA NUNES

Desembargador LEONARDO DE NORONHA TAVARES

Desembargadora MARNEIDE TRINDADE PEREIRA MERABET

Desembargador CLAUDIO AUGUSTO MONTALVÃO DAS NEVES

Desembargadora MARIA DO CARMO ARAÚJO E SILVA

Desembargadora CÉLIA REGINA LIMA PINHEIRO

Desembargadora MARIA DE NAZARÉ SAAVEDRA GUIMARÃES

Desembargadora DAHIL PARAENSE DE SOUZA

Desembargador LEONAN GODIM DA CRUZ JÚNIOR

Desembargadora DIRACY NUNES ALVES

Desembargador RONALDO MARQUES VALLE

Desembargadora GLEIDE PEREIRA DE MOURA

Desembargador JOSÉ MARIA TEIXEIRA DO ROSÁRIO

Desembargadora HELENA PERCILA DE AZEVEDO DORNELLES



Desa. Diracy Nunes Alves



Desa. Brigida Gonçalves dos Santos



Desa. Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva



Des. Constantino Augusto Guerreiro



Desa. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos

Araújo e Silva



Des. Ricardo Ferreira Nunes



Des. Leonardo de **Noronha Tavares**



Desa. Marneide Trindade Pereira Merabet



Desa. Maria do Carmo



Desa. Ronaldo Marques Valle



Desa. Gleide Pereira de Moura



do Rosário



Des. Helena Percila de **Azevedo Dornelles**

UNIDADES ADMINISTRATIVAS

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS Desembargadora Célia Regina Pinheiro

OUVIDOR AGRÁRIO ESTADUAL Desembargador Otávio Marcelino Maciel

OUVIDORA JUDICIÁRIA Desembargadora Carmencin Marques Cavalcante

DIRETORA DO FÓRUM CÍVEL DA CAPITAL Juíza Margui Gaspar Bittencourt DIRETOR DO FÓRUM CRIMINAL DA CAPITAL Juiz Sérgio Augusto de Andrade Lima

COORDENADOR DA CENTRAL DE APOIO AOS MAGISTRADOS Juiz Marco Antônio Lobo Castelo Branco

SECRETÁRIA JUDICIÁRIA Laura Maria Coelho Queiroz Bastos

Juízes Auxiliares da Presidência

Juíza Kátia Parente Sena Juiz Charles Menezes Barros

Assessoria Especial da Presidência

Antonio Álvaro Garcia Brito Paulo Sérgio de Monteiro Reis

Gabinete da Presidência

Lia Raquel Ventura Baptista - (Chefe de Gabinete) Maycon Jáderson Seabra da Rocha - (Chefe da Divisão de Apoio Técnico-Administrativo)

Coordenadoria Militar

Tenente-Coronel PM Romualdo Marinho Soares (Coordenador) Tenente-Coronel BM Fernando Augusto Corrêa de Miranda (Sub-Coordenador) Major PM André Carlos Paulo de Oliveira (Sub-Coordenador)

Equipe Administrativa

SECRETARIA GERAL DE GESTÃO
Teresa Lusia Mártires Coelho Cativo Rosa

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO Sueli Ramos Azevedo

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Francisco de Oliveira Campos Filho

SECRETARIA DE INFORMÁTICA Fabio Cesar Massoud Salame da Silva

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL Walbert da Silva Monteiro

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS Alice Cristina da Costa Loureiro

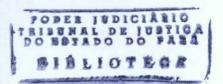
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E MANUTENÇÃO

Márcio dos Santos Barata

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO E SERVIÇOS Lucilene Bastos Farinha Silva

DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO Kátia Mello de Moraes Rego

DEPARTAMENTO FINANCEIRO João Bosco Almeida de Carvalho



Sumário

APRESENTAÇÃO	08
UM OLHAR SOBRE O BIÊNIO	10
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA	78
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR	84
COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS	96
ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA	112
SECRETÁRIA GERAL DE GESTÃO	128
SECRETÁRIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E FINANÇAS	136
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	142
	Company of the last of the las

SECRETARIA DE INFORMÁTICA

APRESENTAÇÃO



A existência do ser humano foi sabiamente condicionada pelo Criador a ser cumprida por etapas, que seguem o curso natural da vida desde o nascimento e tem continuidade pelos caminhos da infância, adolescência e durante a fase adulta. A esta altura, quando já se tem a plena capacidade de discernimento, avulta o senso de responsabilidade no comportamento pessoal e no desempenho dos cargos, adquirindo ainda maior relevância quando se assume funções públicas com a clara consciência de que se trata efetivamente de missão de prestar serviço público.

Provavelmente, senão com segurança, a esfera da Justiça representa o mais exigente segmento do conjunto de funções incumbidas de atender aos mais prementes e decisivos pleitos da sociedade, principalmente quando lhe cabem definir direitos e deveres dos cidadãos. Cada situação e nas diferentes instâncias processuais haverá que prevalecer o sentimento do dever de servir a quantos recorrem às serventias judiciais nas mais variadas questões que permeiam o relacionamento entre as pessoas e distinguem os interesses que correspondem às partes.

O Poder Judiciário do Pará tem escrito páginas de relevantes serviços ao Estado e aos jurisdicionados, a despeito das dificuldades humanas e materiais e das incompreensões inerentes às exigências e manifestações da cultura e das transformações econômicas e sociais que se renovam através dos tempos. A história secular do Tribunal de Justiça do Estado vai registrando o esforço e dedicação dos corpos gestores em particular e da magistratura como um todo para disponibilizar as estruturas físicas, os recursos tecnológicos e corpo operacional adequados às exigências de cada tempo e à altura das demandas sempre crescentes.

Neste biênio em que me coube gerir o Poder Judiciário do nosso Estado procurei continuar essa missão que se iniciou nos tempos do Tribunal da Relação em 1874 e tem prosseguido ao longo desses 136 anos, marcados cada um a seu tempo e conforme as necessidades pela construção de novos espaços, ampliação das estruturas e modernização operacional. Retorno no tempo e experimento a confortável sensação do dever cumprido, correspondendo à confiança dos meus pares, que, igualmente, nunca me faltaram no apoio e solidariedade nas decisões e procedimentos que me foram possíveis promover e, agora, passo a consubstanciar neste Relatório de Gestão.

Recebam o testemunho de minha gratidão, ao mesmo tempo em que agradeço a colaboração de juízes, serventuários e servidores de todas as Comarcas e setores do Tribunal, em reconhecimento pela dedicação às atividades e interesse em servir aos que a nós recorrem em busca de Justiça.

Desembargador **Rômulo José Ferreira Nunes** Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará



UM OLHAR SOBRE O BIÊNIO

>> TRIBINAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - 2009/2010

Estou concluindo mais uma etapa da trajetória a que a destinação Divina tem me conduzido na magistratura paraense. Ocupar a mais elevada função do Poder Judiciário do Estado constitui-se justa aspiração de quantos, em todos os tempos, se propõem ao exercício da atividade judicante, cientes e conscientes das responsabilidades que lhes recaem em cada ação e decisão sobre a linha tênue entre os direitos e deveres dos cidadãos. Exercer a Presidência do Tribunal de Justiça do Estado me permitiu, assim, que tivesse a oportunidade única de também emprestar a minha contribuição pessoal aos avanços correspondentes à evolução social e às novas expectativas e demandas que dela decorrem, procurando corresponder plenamente às necessidades e circunstâncias que permeiam o dia-a-dia das pessoas.

O relatório que ora apresento aos meus llustres Pares, às autoridades constituídas e à sociedade, não



se restringe em cumprir uma tradição funcional de prestar contas dos atos praticados como é de competência de todo servidor público. Cumpre, subsidiária e principalmente, um dever pessoal de transferir ao domínio público um documento detalhando todas as ações e procedimentos objetivos da gestão durante o biênio que ora se completa e para os quais foi fundamental a contribuição e o apoio de todos os segmentos operacionais e institucionais que se constituem a razão de ser desta Casa de Justiça. Cabe, assim, exaltar o trabalho de equipe que se continuou desenvolvendo, procurando realizar o quanto era pertinente ao nosso tempo de condução das atividades do TJPA.

Conferi ao espírito do meu discurso de posse, a condição de norte da administração que viria a

imprimir à minha gestão. Ali assumi solenemente o compromisso de ser o intérprete fiel da vontade da Casa durante estes dois anos, "respeitando e fazendo respeitar suas gloriosas tradições", contando com a ajuda dos eminentes Desembargadores, na promoção de um Judiciário cada vez mais forte, independente e respeitado. Coincidentemente, naquela oportunidade, a Justiça havia sofrido mais uma das agressões do vandalismo, na depredação e incêndio do Fórum de Igarapé-Miri, o mesmo que, no trimestre final de minha gestão, foi reinaugurado com prédio inteiramente novo e modernizado.

É nesse clima que o Judiciário do nosso Estado, à semelhança do que ocorre em todo o país, tem sido desafiado a prestar os serviços judicantes que lhe competem, diante de um quadro preocupante em que as práticas delituosas de toda espécie geram a intranqüilidade social, corrompem os costumes e resultam nas demandas judiciais que ocupam as atenções dos magistrados e superlotam as cadeias, reclamando a atuação coordenada dos mecanismos de Estado, mas, sobretudo, a serenidade e o equilíbrio que devem presidir permanentemente a postura da Justiça.

A compulsória existência de partes divergentes em cada questão sempre implicará em descontentamentos e críticas de uma delas, em atitudes que transbordam os limites dos autos para chegarem à so-

ciedade sob as mais variadas formas de manifestações. Entre tantas pregações, avulta aquela que acusa a Justiça de lentidão, devido ao desconhecimento de que os postulados do Estado Democrático de Direito asseguram a ampla defesa, o exercício do contraditório e as possibilidades recursais, em tramitação que consome o tempo de magistrados e dos envolvidos. Tais críticas, contudo, não devem ser reprimidas pura e simplesmente. Cada uma deles deve servir de oportunidade para a melhoria na prestação dos serviços de Justiça bem como dos esclarecimentos e informações que permitam ao grande público a compreensão do papel e do comportamento do Judiciário.

As preocupações de minha gestão observaram plenamente a esse contexto. Para tanto, foram realizadas logo após a posse nos primeiros dias de fevereiro reuniões setoriais, nos Pólos Judiciários do Estado, em que os juízes de todas as Comarcas puderam relatar as dificuldades, deficiências e necessidades para melhor atuação judicante. As informações então recolhidas que permitiram formatar um diagnóstico e subsidiar as prioridades e procedimentos indispensáveis à superação das dificuldades e gargalos que se antepunham à celeridade e presteza nas ações de Justiça, para o que se fizeram necessárias providências de potencialização e racionalização

dos recursos orçamentários, sempre insuficientes para as necessidades estruturais e funcionais das dependências do Judiciário num Estado de dimensões continentais e com regiões que sofrem, como nenhuma outra, as conseqüências dos processos migratórios e conflitos agrários.

As Corregedorias das Comarcas da Região Metropolitana e do Interior aprofundaram correições e controles das atividades dos juizados, ao mesmo tempo em que a Presidência e suas assessorias foram empenhadas em intensa programação de viagens de inspeção, acompanhando "in loco" o funcionamento e as premências de cada unidade do Judiciário. Essas como outras ações administrativas também estavam contempladas nas minhas palavras de posse, quando disse ser preciso "combater



ferozmente a morosidade processual, que tem sido a pior mazela que flagela o Poder Judiciário. O que o cidadão quer e busca é uma resposta rápida na solução dos conflitos."

A superação dessa dificuldade é preciso, como declinei ao ser empossado, que sejam vencidas deficiências de recursos humanos, materiais, tecnológicos e financeiros. Mas nem sempre os rigorosos controles de custos e gastos e a priorização dos meios mais requeridos à presteza jurisdicional são suficientes para que os objetivos e necessidades sejam plenamente atingidos. Os sucessivos concursos para juízes e serventuários têm registrado aprovações aquém das vagas oferecidas, residindo, nesse particular, a principal razão para que o Pará, o segundo maior espaço territorial da Federação, esteja, hoje, entre os menores índices proporcionais de juízes, com apenas quatro magistrados por grupo de 100 mil habitantes, enquanto a média nacional se situa em 5,86 juízes para o mesmo contingente populacional.

Não por mera coincidência mas bem a propósito, é oportuno e, mais do que isso, de particular dever de justiça, inserir neste documento o registro sobre o excepcional desempenho dos magistrados e do sistema de apoio funcional no cumprimento das Metas que têm sido estabelecidas nacionalmente pelo CNJ. A classificação do Tribunal de Justiça do Estado tem se situado entre os cinco primeiros, a exemplo do quarto lugar no cumpri-

mento da meta de 2009 para decisão dos processos distribuídos até dezembro de 2005 e, neste ano, em primeiro lugar no cumprimento da importante Meta 1, que consistiu no julgamento de quantidade igual à de processos de conhecimento distribuídos durante este ano e parcela do estoque remanescente.

Com o mesmo objetivo, em outubro próximo passado, os juízes e diretores de secretarias de todas as Comarcas do interior participaram em Belém de uma semana de palestras ministradas por especialistas e das oficinas desenvolvidas pelos participantes, atendendo à meta particularmente definida como implantação de método de gerenciamento de rotinas na gestão de processos de trabalho nas unidades do Primeiro Grau de Jurisdição. É mais uma etapa na gestão do Judiciário proporcionando facilidades técnicas e operacionais e qualificando a estrutura para a constante melhoria na prestação jurisdicional.

Atenção especial tem sido dedicada à esfera penal, pelo relacionamento da competência jurisdicional que lhes cabe com o sistema penitenciário e o angustiante quadro da superpopulação carcerária. Já está em operação e em fase de ampliação nas Comarcas de maior demanda e nas quais estão as maiores casas penais do Estado o SISPE – Sistema de Acompanhamento de Presos Provisórios e Apenados, utilizan-



do a tecnologia da informática para segura identificação e controle estatístico de presos. Nos primeiros dias de dezembro último, juízes participaram de um projeto de gestão de processos e gerenciamento de rotinas em Varas de Execuções Penais. Foram três dias de oficinas e palestras nos moldes estabelecidos no II Seminário Justiça Criminal do CNJ, capacitando para o aumento do índice de cumprimento das Metas definidas no 3º Encontro Nacional do Judiciário, realizado em dezembro passado.

Nos últimos anos dezenas de fóruns têm sido reformados, readaptados e construídos, ao mesmo tempo em que os recursos da informática passaram a acompanhar a maior qualificação de juízes e serventuários com a modernização tecnológica dos procedimentos operacionais. Quarenta e três novos juízes aprova-

dos em concursos foram admitidos e já estão contribuindo para a agilização processual nas Comarcas de maior demanda judicial, inclusive nas substituições durante os impedimentos de magistrados. Um novo concurso acaba de ser autorizado pelo Pleno da Corte para a admissão de mais quarenta e dois juízes no próximo ano.

Retorno ao meu discurso de posse no trecho em que manifestei liminarmente a consciência dos inúmeros problemas que teria a enfrentar apesar e, paradoxalmente, em conseqüência do muito que meus Eminentes antecessores haviam conseguido realizar. Muita coisa foi acrescentada ao imenso legado que me foi transferido e, certamente, também será missão das gestões que se sucederão no Tribunal de Justiça do Estado, a partir da assunção de minha llustre Sucessora, a Eminente Desembargadora Raimunda do Carmo Gomes Noronha, co-responsável, na qualidade de Vice-Presidente, de tudo quanto me foi dado a realizar neste biênio que se completa e que indubitavelmente continuará contribuindo, mercê da fundamental participação dos integrantes e colaboradores de todos os setores desta Corte de Justiça. Permitam-me, com a devida e necessária vênia, ousar parafrasear o apóstolo Paulo ao considerar que combati o bom combate e, pelo menos, não perdi.





DIRETRIZES PARA O PLANO DE GESTÃO DO BIÊNIO 2009/2010

uando assumimos a Presidência do Tribunal de Justiça do Pará, formulamos as diretrizes e ações que norteariam nossa administração para no biênio 2009-2010. Considerei-as prioritárias pela experiência acumulada na carreira da magistratura, inclusive como gestor, bem como por testemunhar as dificuldades e os desafios que têm o magistrado no exercício da atividade judicante. Portanto, é nosso dever preparar a instituição para responder com eficiência às demandas da sociedade moderna.

Nesse sentido, nosso compromisso foi dar continuidade ao projeto de modernização em curso no Judiciário paraense, porém com ações que, no curto prazo, resultando em avanços na gestão judiciária, levantando novos problemas e necessidades e direcionando recursos para o atendimento da magistratura, sobretudo para os juízes que atuam no interior do Estado.

Vejo, com satisfação que alcançamos nosso objetivos:

- Atuar junto aos Poderes Executivo e Legislativo, para fortalecer o Judiciário como Poder de Estado;
- 2. Buscar integração com os demais Órgãos do Sistema Judiciário Ministério Público e Defensoria Pública e com os Órgãos do Sistema de Segurança Pública, para alcançar eficiência e celeridade nas ações da justiça em nosso Estado;
- 3. Elaborar um modelo de gestão judiciária, com base de sustentação em novos paradigmas, na revisão da Lei nº 6850 e no Planejamento Estratégico;
- 4. Desenvolver e implantar o Sistema de Gerenciamento de Custos, no âmbito do Poder Judiciário estadual, visando aperfeiçoar a gestão orçamentária e financeira;
- **5.** Implementar, no interior, nas Comarcas-Pólo, um sistema de gestão descentralizada, para suprir com maior eficiência e rapidez as deficiências locais, buscando, inclusive, apoio nas Corregedorias;
- **6.** Assegurar recursos para o programa de Tecnologia da Informação, para viabilizar de imediato a implantação dos sistemas Libra, Mentorh (gestão de pessoas), de mudanças de procedimentos administrativos;
- 7. Desenvolver um programa de capacitação de magistrados e servidores, qualificando-os e atualizando-os para o exercício de suas funções, à luz das metas institucionais. A Escola Superior da Magistratura, as Universidades locais e outras instituições credenciadas oportunizarão a realização de Cursos de alto nível com o uso da tecnologia da educação à distância;
 - 8. Avançar na implantação do PCCR, instituído pela Lei nº 6.969/2007;
 - 9. Realizar os Concursos Públicos, para juízes e servidores;

- 10. Promover encontros regionalizados para facilitar a integração e a discussão de temas relevantes ao exercício das funções da magistratura nas Comarcas do interior do Estado;
- **11.** Expandir a infra-estrutura judicial, com prioridade para a instalação das Varas já criadas em Lei;
- **12.** Manter a política de valorização do servidor, porém voltada prioritariamente para aumentar a satisfação do servidor quanto ao seu desenvolvimento pessoal e profissional, visando à melhoria dos padrões comportamentais, as relações interpessoais e o compromisso com o desenvolvimento da atividade judicante;
- **13.** Incrementar a Unidade de Apoio aos Magistrados para prover apoio técnico-jurídico e outros necessários ao desenvolvimento da atividade judicante;
- **14.** Instalar novas Comarcas em municípios onde, comprovadamente, se fizer necessário. Isto também se aplica para a interiorização do Projeto de Penas e Medidas Alternativas, em Comarcas já instaladas;
- 15. Viabilizar a implantação do serviço de Gestão de Comarcas, por meio da Intranet, facilitando a comunicação institucional de procedimentos e informações de interesse da Administração e dos Magistrados e Servidores do Poder Judiciário, principalmente para os do interior do Estado;
- **16.** Desenvolver instrumentos e indicadores de controle e avaliação dos serviços judiciários, por meio da expansão e ratificação de competências para a Unidade de produção das estatísticas do Judiciário Estadual;
- 17. Adaptar e atualizar a aquisição de ferramentas informatizadas para viabilizar a padronização de informações e procedimentos, possibilitando inclusive correições on-line;
- **18.** Atualizar permanentemente o parque computacional do Judiciário, com prioridade para a consolidação dos projetos definidos e substituição de equipamentos obsoletos;
- 19. Estruturar a Unidade de Comunicação Social do TJE para que incremente o fluxo e o compartilhamento de informações no âmbito interno do Tribunal, bem como monitorar o ambiente externo, para a preservação dos serviços e da imagem institucional e melhorar as relações interinstitucionais;
 - 20. Introduzir no Judiciário Paraense a cultura e a prática da responsabilidade sócio-ambiental.

METAS NACIONAIS CUMPRIDAS PELO PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL

As Metas Nacionais, instituídas a partir de 2009, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, aprovadas por todos os Presidentes e representantes dos Tribunais Judiciais, tem como objetivo, assegurar o direito constitucional à "razoável duração do processo judicial"; maior agilidade e eficiência à tramitação dos processos; melhorar a qualidade do serviço jurisdicional prestado; ampliar o acesso do cidadão à Justiça", visando o fortalecimento da democracia, além de eliminar os estoques de processos responsáveis pelas altas taxas de congestionamento.



METAS DE NIVELAMENTO 2009

Em fevereiro de 2009, no Il Encontro Nacional do Judiciário foram aprovadas as 10 Metas de Nivelamento, com o objetivo de se buscar a assimetria entre os Tribunais Judiciais, visando à melhoria na prestação dos serviços Judiciais.

O excelente desempenho conseguido pelo TJPA no alcance dessas metas durante todo o ano de 2009 mostra que a Justiça Paraense está engajada na busca pela prestação jurisdicional eficiente e satisfatória aos almejos da sociedade.

RESULTADOS DAS METAS DE NIVELAMENTO 2009

Meta 1 - Desenvolver e/ou alinhar planejamento estratégico plurianual (mínimo de 05 anos) aos objetivos estratégicos do Poder Judiciário, com aprovação no Tribunal Pleno ou Órgão Especial	Cumprimento: 100%
Meta 2 - Identificar os processos judiciais mais antigos e adotar medidas concretas para o julgamento de todos os distribuídos até 31/12/2005 (em 1º, 2º grau ou tribunais superiores).	Cumprimento: 89% (dado atualizado até 06/12/2010 – Nenhum Tribunal de Justiça Estadual ainda não cumpriu a meta. Estamos em 3º lugar no alcance da Meta entre os Tribunais Estaduais)
Meta 3 - Informatizar todas as unidades judiciárias e interligá-las ao respectivo tribunal e à rede mundial de computadores (internet).	Cumprimento: 100%
Meta 4 - Informatizar e automatizar a distribuição de todos os processos e recursos.	Cumprimento: 100%
Meta 5 - Implantar sistema de gestão eletrônica da execução penal e mecanismo de acompanhamento eletrônico das prisões provisórias.	Cumprimento: 100%
Meta 6 - Capacitar o administrador de cada unidade judiciária em gestão de pessoas e de processos de trabalho, para imediata implantação de métodos de gerenciamento de rotinas.	Cumprimento: 100% (em junho/2010)
Meta 7 - Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de to- dos os processos, respeitado o segredo de justiça.	Cumprimento: 100%
Meta 8 - Cadastrar todos os magistrados como usuários dos sistemas eletrônicos de acesso a informações sobre pessoas e bens e de comunicação de ordens judiciais (Bacenjud, Infojud, Renajud).	Cumprimento: 100%
Meta 9 - Implantar núcleo de controle interno.	Cumprimento: 100%
Meta 10 - Implantar o processo eletrônico em parcela de suas unidades judiciárias.	Cumprimento: 100% (em junho/2010)

DESEMPENHO DA META 2 DE NIVELAMENTO ATÉ DEZEMBRO/2010

A análise realizada pelos Gestores da Meta 2 juntamente com a Coordenadoria de Estatística do TJPA, indica que as diferentes instâncias do Poder Judiciário do Estado do Pará, atingiram 89% no cumprimento da meta 2, até Dezembro de 2010.

O quadro geral no Estado do Pará apontava um total de 158.312 processos em 31/12/2008 pertinente a meta. A efetividade com que se buscou a redução das pendências resultou em 06/12/2010 um saldo de apenas 18.202 processos, o que espelha uma redução significativa, frente a quantidade 140.110 processos sentenciados, resultando alcance de 89% da meta. Cabe ressaltar, que esse volume de processos julgados correspondem a 25% de todos os processos julgados no período. (Tabela 1).

Tabela 1 - META 2 - Processos Distribuídos até 31/12/2005 e não Julgados definitivamente (posição em 06/12/2010)

	Posição em 06/12/2010				
INSTÂNCIAS	Saldo em 31/12/2008	Saldo em 31/12/2009	Saldo em 06/12/2010	Total de sentenças (jan/09 a dez/10)	Alcance Meta 2 (%)
2º GRAU	2.188	399	26	2.162	99%
1º GRAU (PROCESSO DE CONHECIMENTO)	143.394	47.595	17.566	125.828	88%
1º GRAU (EMBARGOS A EXECUÇÃO)	1.992	1.097	610	1.382	69%
JUIZADOS ESPECIAIS	10.738	651	0	10.738	100%
TURMA RECURSAL	0	0	0	0	100%
TOTAL	158.312	49.091	18.202	140.110	89%

Fonte: Secretaria de Informática/Varas da Capital e Interior, Juizados Especiais e Turmas Recursais

■ 2º GRAU

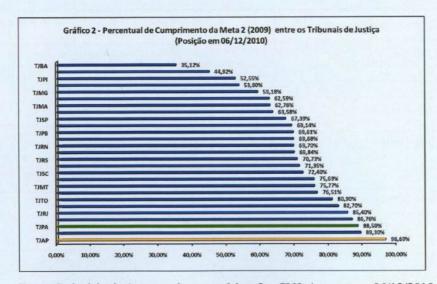
■ 1º GRAU (EMBARGOS A EXECUÇÃO)

Fonte: Secretaria de Informática/Varas da Capital e Interior, Juizados Especiais e Turmas Recursais

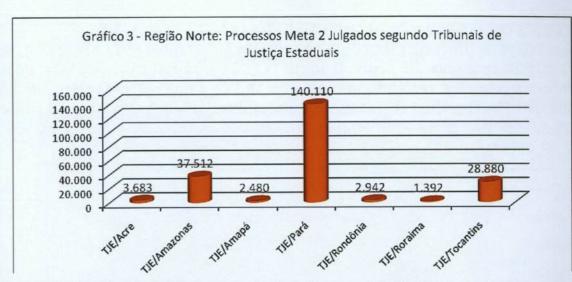
A dinamicidade com que se busca o alcance da Meta 2 no Estado colocou o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, segundo o relatório de acompanhamento da meta do CNJ, no 3º lugar no ranking, entre os tribunais estaduais do país, com maior alcance da Meta 2 (Gráfico 2). Além disso, dentre os tribunais estaduais da Região Norte, o Tribunal do Pará é o que aparece com o maior volume de processos julgados no período. Essa proporção mostra que de cada 100 processos julgados na Região, 66 são do Pará. (Gráfico 3.)

1º GRAU (PROCESSO DE CONHECIMENTO)

BTJPA



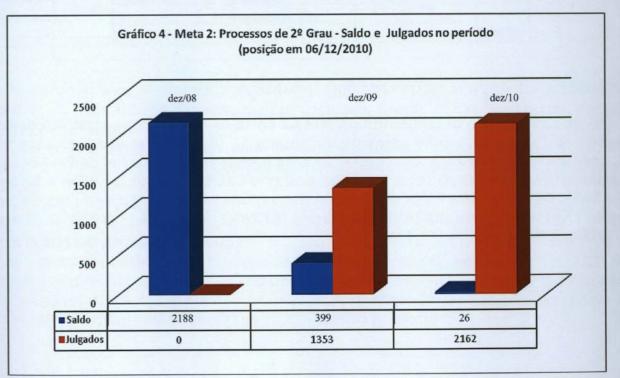
Fonte: Relatório de Acompanhamento Meta 2 - CNJ, Acesso em: 06/12/2010



Fonte: Relatório de Acompanhamento Meta 2 - CNJ, Acesso em: 06/12/2010

PROCESSOS DE 2º GRAU - JURISDIÇÃO COMUM

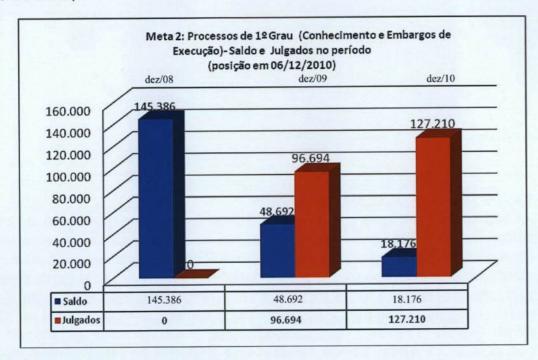
Em relação aos processos de 2º grau, o saldo em 31/12/2008 apontava um contingente de 2.188 processos distribuídos, dos quais 2.162 foram julgados, restando um saldo de apenas 26 processos, o que corresponde a um alcance de 99% no cumprimento da meta. O gráfico 4 abaixo, sinaliza um comportamento ascendente do volume de processos julgados e decisões monocráticas, ao longo do período.



Fonte: Secretaria de Informática

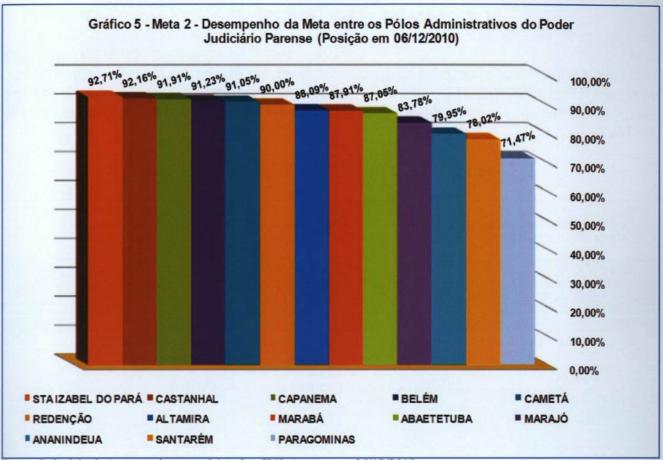
PROCESSOS DO 1º GRAU (CONHECIMENTO E EMBARGOS A EXECUÇÃO)

No que tange os processos de 1º grau (Conhecimento Embargos a execução), o saldo em 31/12/2008 apontava um acumulado de 145.386 processos distribuídos, dos quais 127.210 foram julgados, restando um saldo de 18.176 o que corresponde a um alcance da Meta 2 de 87%. O gráfico abaixo mostra um comportamento crescente dos processos julgados, no período que compreende o cumprimento da meta (janeiro de 2009 a dezembro de 2010).



Fonte: Relatório de Acompanhamento Meta 2 - CNJ, Acesso em: 06/12/2010

No que se refere o desempenho da Meta 2 entre os Pólos Administrativos do Poder Judiciário Paraense, 6 (seis) pólos de um total e 12 (doze) apresentam alcance acima da média Estadual de 89%, com destaque para o Pólo de Santa Izabel do Pará (92,71%), Castanhal (92,16%), Capanema (91,91%), Belém (91,23%), Cametá (91,05%) e Redenção (90,00%). Os outros seis Pólos registraram os seguintes esforços: Altamira (88,09%), Marabá (87,91%), Abaetetuba (87,05%), Marajó (83,78%), Ananindeua (79,95%), Santarém (78,02%) e Paragominas (71,47%).



Fonte: Relatório de Acompanhamento Meta 2 – CNJ, Acesso em: 06/12/2010

Entre as comarcas que compõem as estrutura judiciária estadual e que julgaram 100% dos processos mais antigos da meta, merece destaque: Anajás, Canaã dos Carajás, Pacajá, Peixe-Boi Tomé-Açú e Uruará.

Em contra partida as Comarcas com menor desempenho: Novo progresso (21,63%), Alenquer (27,70%), Ulianopólis (35,42%), São Geraldo do Araguaia (38,40%) e Benvides (49,70%).

PROCESSOS DO JUIZADO ESPECIAL:

10

De um quantitativo de 10.738 processos existentes no inicio da meta 2, em 31/12/2008, e o esforço desprendido no correr do ano de 2009, fizeram com que ao final do mesmo ano fossem julgados 100% dos processos pendentes. Portanto, o Juizado Especial registrou a marca de produtividade máxima, no ensejo do objetivo proposto.

METAS PRIORITÁRIAS 2010

São as Metas definidas pelos Presidentes dos Tribunais Brasileiros, ocorrido no 3º Encontro Nacional do Judiciário em 26 de fevereiro de 2010, com objetivo de dar continuidade à execução da estratégia, a fim de oferecer à sociedade serviços judiciais mais céleres e eficientes.

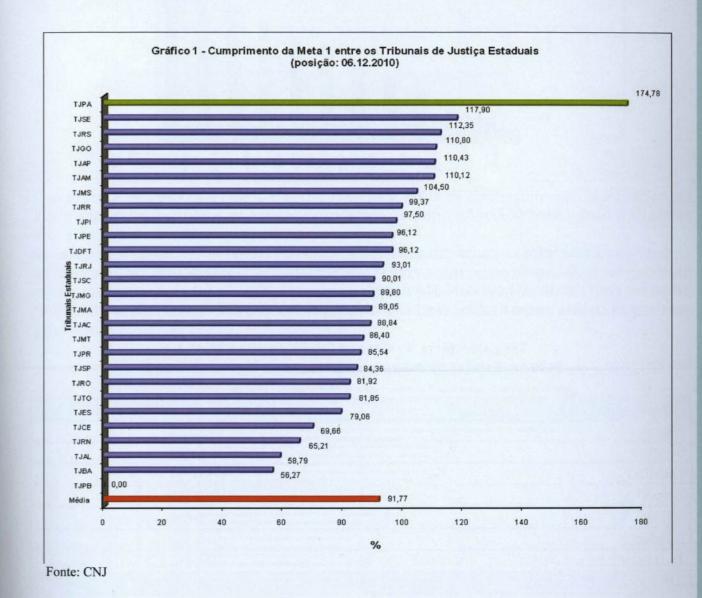
RESULTADOS DAS METAS PRIORITÁRIAS 2010

META 1 - Julgar quantidade igual à de processos de co- nhecimento distribuídos em 2010 e parcela de estoque, com acompanhamento mensal.	Cumprimento: 174,78% (novembro/10) 1° lugar no ranking entre os Tribunais Estaduais.
META 2 - Julgar todos os processos de conhecimento distribuídos (em 1º grau, 2º grau e tribunais superiores) até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos trabalhistas, eleitorais, militares e da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.	Cumprimento: 35,69% (Novembro/10) 14° lugar no ranking entre os Tribunais Estaduais.
META 3 - Reduzir em pelo menos 10% o acervo de pro- cessos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009);	Cumprimento: 7,82% (Novembro/10) 13° lugar no ranking entre os Tribunais Estaduais.
Мета 4 - Lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.	Cumprimento: 54,72% 12° lugar no ranking entre os Tribunais Estaduais.
Meta 5 - Implantar método de gerenciamento de roti- nas (gestão de processos de trabalho) em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau.	Cumprimento: Em execução
Meta 6 – Reduzir em pelo menos 2% o consumo per ca- pita com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009).	Cumprimento: 5,14% (Novembro/10), meta alcançada.
Meta 7 - Disponibilizar mensalmente a produtividade dos magistrados no portal do tribunal.	Cumprimento: 100% (Novembro/10), meta alcançada.
Meta 8 - Promover cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados.	Cumprimento: 14,73% (Novembro/10) 14º lugar no ranking entre os Tribunais Estaduais.
Meta 9 - Ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior.	Cumprimento: 75,61% (Novembro/10) 18° lugar no ranking entre os Tribunais Estaduais.
Meta 10 - Realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário.	Cumprimento: 46,09% (Dezembro/10)

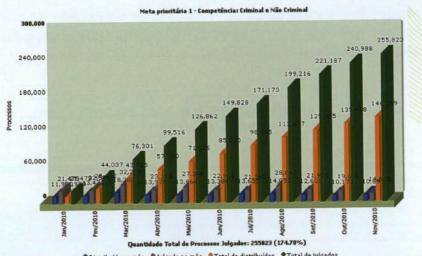
DESEMPENHO DAS METAS PRIORITÁRIAS ATÉ DEZEMBRO/2010.

A análise proferida das Metas de 2010 registra-se o bom desempenho, em busca do cumprimento das metas propostas ao Poder Judiciário.

Ressalta-se que neste período o Tribunal de Justiça do Estado do Pará registra o maior grau de cumprimento da Meta 1 dentre todos os Tribunais de Justiça do Brasil, o que pode ser observado no (Gráfico 1).



Observa-se também a evolução ocorrida durante o ano quando registrou uma média em torno de 23.000 processos julgados por mês em relação a demanda mensal de 13.300 ações, proporcionado uma redução média mensal de 9.000 ações, do volume processual pendente de julgamento até o período em análise (Novembro/10). (Gráfico 2)



◆Distribuído no mês
◆Julgado no mês
◆Total de distribuídos
◆Total de julgado

Fonte: CNJ

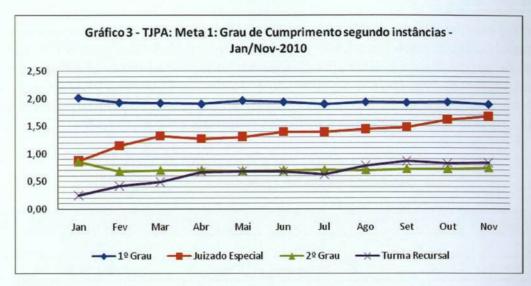
Quando se considera o grau de cumprimento da meta 1, segundo as diferentes esferas do judiciário brasileiro, verificam-se que a esfera eleitoral suplanta as demais com um grau de cumprimento em 115,02%, seguida da esfera superior com 114,39%. Os tribunais estaduais aparecem nesta estatística com 91,85%, sendo o menor registro entre as esferas. (Tabela 1).

TABELA 1 - META 1 - GRAU DE CUMPRIMENTO DA META 1
SEGUNDO ESFERAS DO JUDICIÁRIO - (POSIÇÃO EM NOVEMBRO/2010)

Tribunais (Esferas)	Grau de Cumprimento da Meta 1 (%)	
Eleitoral	115,02%	
Superior	114,39%	
Trabalho	99,42%	
Federal	95,51%	
Militar	92,16%	
Estadual	91,85%	
Todas as Esferas	94,22%	
TJPA	174,78%	

Fonte: CNJ

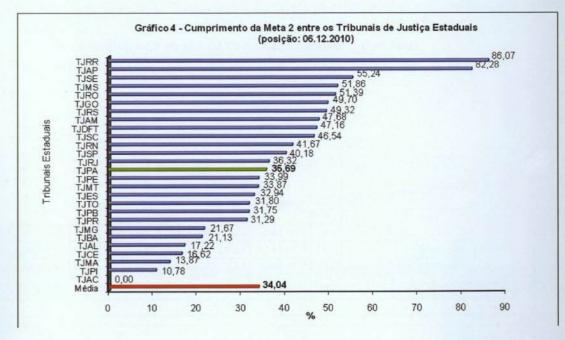
Na análise dos dados relativos apenas ao Tribunal do Pará (Gráfico 3), observa-se que o 1º Grau e os Juizados Especiais que mantinham uma certa distância entre Jan a Out/2010, apresentam graus de cumprimento da Meta 1 muito próximos em novembro/2010. Seme-la Ihantemente, para o 2º Grau que se mostraram muito próximos aqueles registrados nas Turmas Recursais, não existindo na série distorções significativas.



Fonte: CNJ

A **Meta 2** tem por objetivo julgar todos os processos de conhecimento distribuídos até 31 de dezembro de 2006 e, quanto aos processos da competência do tribunal do Júri, até 31 de dezembro de 2007.

Comparativamente, nenhum dos Tribunais de Justiça Estaduais conseguiu cumprir a meta 2. Apenas cinco desses tribunais dos vinte e sete existentes posicionaram-se na metade do caminho, isto é, suplantaram 50% da meta cumprida. São eles: TJRR (86,07%), TJAP (82,28%), TJSE (55,24%), TJMS (51,86%) e TJRO (51,39%). O TJPA nesta meta encontra-se na 14ª colocação com 35,69%. (Gráfico 4).



Fonte: CNJ

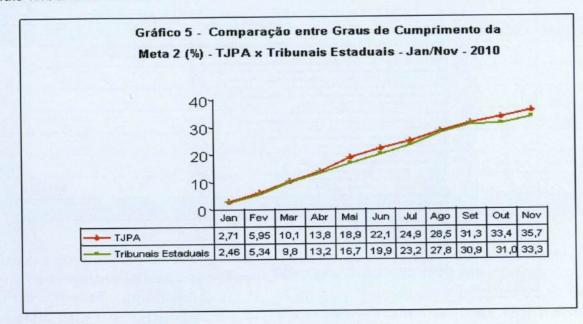
O desempenho mediano da **Meta 2** também, se manifesta em todas as esferas do judiciário brasileiro. Assim, conforme pode ser observado na (Tabela 2), os Tribunais Militares e o Tribunal Superior são aqueles cujos resultados atingem os maiores níveis com 86,22% e 82,35% respectivamente. O grau de cumprimento para o TJPA (35,69%), mostra-se superior a média entre os Tribunais Estaduais (34,04%) e próximo ao grau de cumprimento da Meta 2, quando considerada a média para todos os Tribunais do país (39,56%).

TABELA 2: GRAU DE CUMPRIMENTO DA META 2
SEGUNDO ESFERAS DO JUDICIÁRIO – JAN/NOV - 2010

Tribunais (Esferas)	Grau de Cumprimento da Meta 2 (%)
Militar	86,22%
Superior	82,35%
Eleitoral	70,50%
Trabalho	68,00%
Federal	48,80%
Estadual	34,04%
Todas as esferas	39,56%
TJPA	35,69%

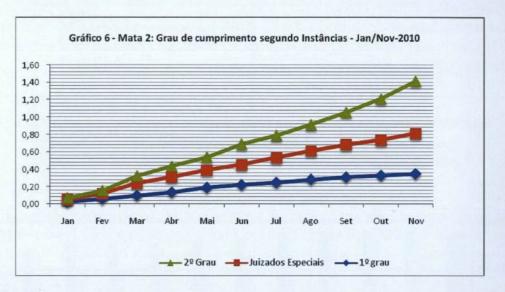
Fonte: CNJ

A comparação estabelecida entre os graus de cumprimento da **Meta 2** para o TJPA e os demais Tribunais Estaduais (Gráfico 5), denota uma certa similaridade na série mensal, embora, o TJPA apresente graus de cumprimento um pouco acima daqueles estabelecidos para os demais Tribunais.



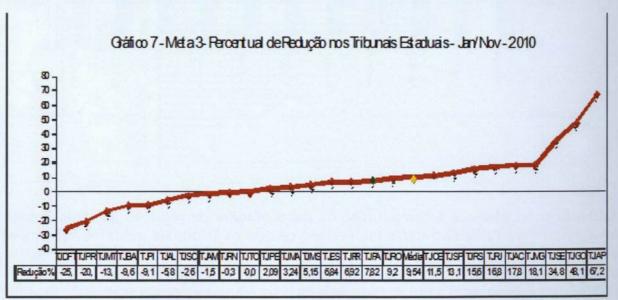
Fonte: CN J

Quanto ao alcance da **Meta 2** pelas diferentes instâncias do judiciário paraense verifica-se que o 2º Grau tem contribuído significativamente para o atingimento da meta, uma vez que, embora tenha começado o ano de 2010 com performance inferior ao 1º Grau e ao Juizado Especial, conseguiu resultados significativos em outubro (47,34%) e novembro (60,22%), mostrando-se superior as duas instâncias referidas.(Gráfico 6)



Fonte: CNJ

A **Meta 3** que trata da redução em pelo menos 10% do acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009), tem seu cumprimento em apenas 11% dos Tribunais Estaduais, isto, é apenas 3 entre os 27 Tribunais Estaduais já cumpriram a meta 3. (Gráfico 7)



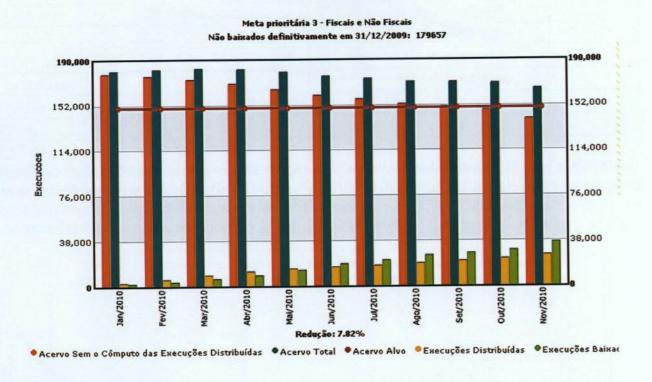
Fonte: CNJ

O gráfico 7 expressa ainda, que há um déficit substantivo, dado que 10 dos 27 Tribunais Estaduais apresentam valores negativos quanto ao percentual de redução, o que significa que há uma acumulação de processos e que aparentemente estes Tribunais Estaduais não estão conseguindo sequer caminhar em direção a Meta 3, são eles: TJDFT, TJPR, TJMT, TJBA, TJPI, TJAL, TJSC, TJAM, TJRN E TJTO.

O Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA posiciona-se nesta Meta 3 em 13º lugar (até Nov/2010), em relação aos demais Tribunais Estaduais com um percentual de redução em 7,82% da Meta. (Gráfico 8).

GRÁFICO 8 - GRAU DE REDUÇÃO DA META 3 (PROCESSOS FISCAIS E NÃO FISCAIS)

DO TJPA - JAN/NOV-2010



Fonte: CNJ

Quando se estabelece a comparação da porcentagem de redução da Meta 3 nas diferentes esferas do Judiciário nacional, verifica-se que os Tribunais militares suplantam em grande escala todas as demais esferas. Mostram-se ainda deficitárias a esfera eleitoral (-51,68%) e superior (-5,41%). Nesta comparação o TJPA encontra-se muito próximo a média dos Tribunais Estaduais (9,45%), como também da média entre todas as esferas do judiciário nacional (9,12%). (Tabela 3)

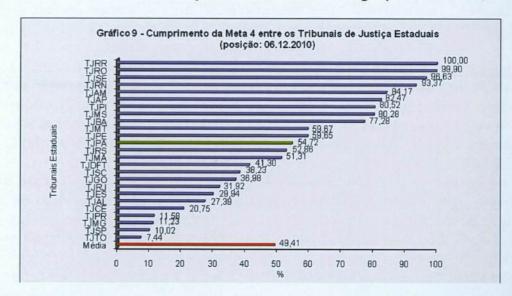
TABELA 3 - % DE REDUÇÃO DA META 3
SEGUNDO ESFERAS DO JUDICIÁRIO – JAN/NOV - 2010

Tribunais (Esferas)	% de Redução Meta 3	
Militar	70,97%	
Federal	10,77%	
Estadual	9,45%	
Trabalho	3,87%	
Superior	-5,41%	
Eleitoral	-51,68%	
Todas as Esferas	9,12%	
TJPA	7,82%	

Fonte: CNJ

O grau de redução específico para o acervo de processos de Execução Não Fiscal registrou percentuais de 4,98% e para os de Execução Fiscal de 9,13% até o mês de referência.

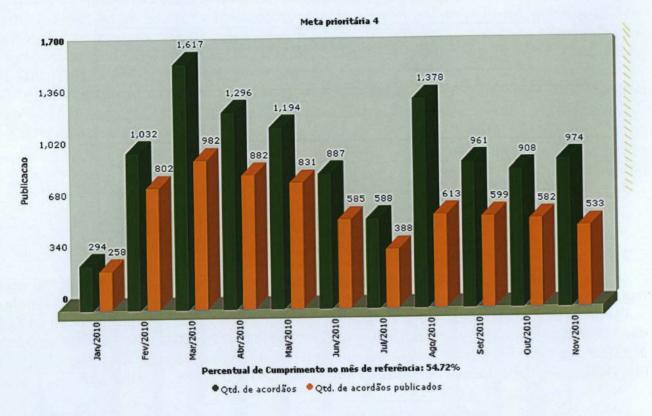
O índice de cumprimento para a **Meta 4** cujo objetivo é lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento foi de 54,72%, para o Poder Judiciário Estadual (até Nov/10), ficando acima da média registrada entre os Tribunais de Justiça Estaduais (49,41%), e em 12° colocado em relação aos demais do seu grupo. (Gráfico 9)



Fonte: CNJ

A evolução mensal do cumprimento da **Meta 4** pode ser vista no Gráfico 10. Os dados mostram oscilações no período (Jan/Nov-2010), podendo-se inferir que o mais próximo que se esteve do alcance da meta foi em Jan, Fev e Jun/2010.

GRAFICO 10 - META 4 - ALCANCE MENSAL (%) TJPA - JAN/NOV - 2010



Fonte: CNJ

A implantação de método de gerenciamento de rotinas (gestão de processos de trabalho) estabelecida na Meta 5, em pelo menos 50% das unidades judiciárias de 1º grau, encontra-se em execução no TJPA. A média de cumprimento entre os tribunais estaduais é de 29,67% visto que apenas 11 dos 27 Tribunais estaduais apresentam algum estágio de execução da Meta 5. Destaque para o TJAL, TJBA, TJRO, TJRR, TJRS e TJSE, que já alcançaram 100,00% da Meta

No mês de outubro foi realizado em Belém, workshop, com a participação de todas as unidades cíveis, utilizando a metodologia indicado pelo Conselho Nacional de Justiça, estando o grupo de trabalho em fase de elaboração do manual de gerenciamento de rotinas cíveis. Destaca-se ainda, que nos dias 08, 09 e 10 de dezembro/10, foi realizada nova oficina, com a participação de todas as unidades de execução penal.

Em relação à Meta 6 que objetiva reduzir a pelo menos 2% o consumo per capita com energia, telefone, papel, água e combustível (ano de referência: 2009), o TJPA já sinalizava o alcance da meta em jun/2010, quando registrava um percentual de economia em 1,14%. Em Nov/2010 suplanta este percentual e mais do que atinge a meta, registra índice de economia em 5,14%, sendo o 13º Tribunal Estadual no ranking nacional. Os dados do (Gráfico 11) mostram ainda, que a redução no consumo de água e papel que se encontrava em Jun/2010 superavitários, e em Dez/2010 registra sensíveis reduções, sobretudo no consumo de água.



TRIBINAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - 2009/2010 <<

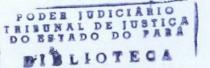
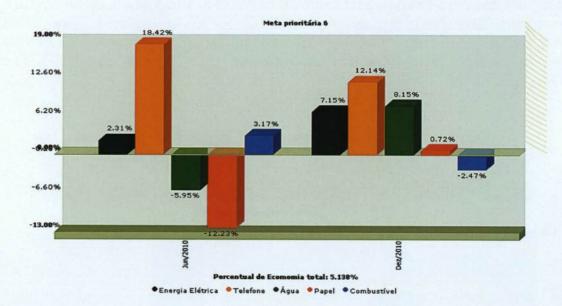


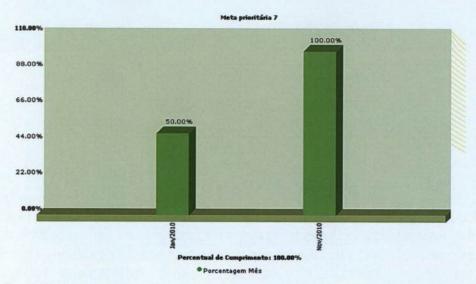
GRÁFICO 11 - META 6 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META DO TJPA



Fonte: CNJ

A Meta 7 cujo alcance se dá através da disponibilidade da produtividade dos magistrados no portal do Tribunal, mostra-se com 100% de alcance no TJPA (Gráfico 12). Nesta meta apenas 40% dos Tribunais Estaduais disponibilizam estas informações, ou seja, dos 27 Tribunais, somente 11 tem suas produtividades publicadas em site oficiais da Justiça.

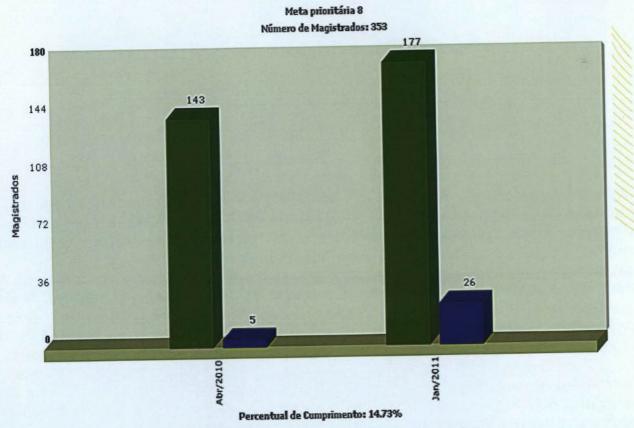
GRÁFICO 12 - META 7 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META DO TJPA



Fonte: CNJ

A promoção de cursos de capacitação em administração judiciária, com no mínimo 40 horas, para 50% dos magistrados, estabelecido na Meta 8, ainda se encontra em fase de cumprimento pelo TJPA, que alcançou em Nov/2010, 14,73%, sendo o 14º Tribunal no ranking nacional, tendo capacitado no período 26 magistrados para um total de 353 juízes (Gráfico 13). Comparativamente apenas 6 dos 27 Tribunais Estaduais alcançaram 100% da meta, são eles: TJBA, TJGO, TJMS, TJMT, TJRR, e TJRS.

GRÁFICO 13 - META 8 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META DO TJPA

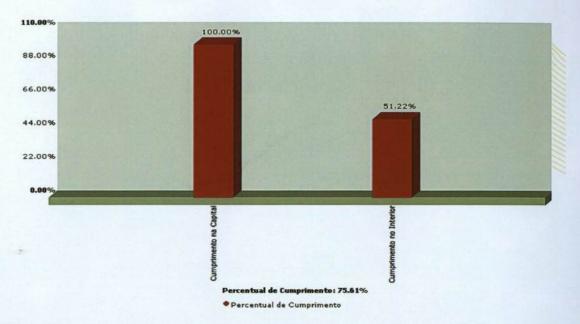


Alvo (50% dos magistrados capacitados)
 Qtd Magistrados capacitados

Fonte: CNJ

A Meta 9 que tem por objetivo ampliar para 2 Mbps a velocidade dos links entre o Tribunal e 100% das unidades judiciárias instaladas na capital e, no mínimo, 20% das unidades do interior, alcançou até Nov/2010 75,61% de cumprimento e se posiciona como o 18º Tribunal no ranking nacional. Ressalta-se que na capital a meta encontra-se 100% cumprida e no interior já se atingiu a marca de 51,22% até Nov/2010. (Gráfico 14)

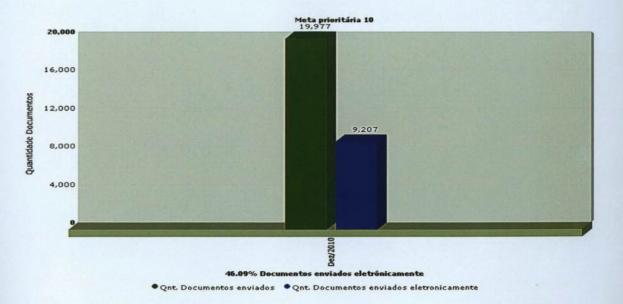
GRÁFICO 14 - META 9 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META DO TJPA



Fonte: CNJ

Quanto a Meta 10 que se refere em realizar, por meio eletrônico, 90% das comunicações oficiais entre os órgãos do Poder Judiciário, os dados apurados até o mês de dezembro de 2010 foram 19.977 documentos expedidos e deste 46,09% são por meio eletrônico. (Gráfico 15).

GRÁFICO 15 - META 10 - PERCENTUAL DE CUMPRIMENTO DA META DO TJPA



Fonte: CNJ

JUÍZES AUXILIARES

os juízes auxiliares do TJPA, cabe exercer atribuições determinadas pela Presidência da Egrégia Corte.

Durante o biênio 2009/2010, a função foi ocupada pelos juízes Kátia Parente Sena e Charles Menezes Barros.

À Juíza Kátia Sena coube atuar diretamente na Gestão das 10 Metas de Nivelamento de 2009; na Coordenação da Conferência Livre sobre Segurança Pública no TJPA, em junho de 2009; na Coordenação do Encontro Estadual da Magistratura, em setembro de 2009; na Gestão das 10 Metas Prioritárias do CNJ de 2010; na Coordenação do Projeto "Conhecendo o Judiciário" em 02/05/2010; na coordenação do Encontro dos Magistrados Substitutos com a Administração do TJPA, em maio de 2010; na Coordenação local do Fórum de Assuntos Fundiários do CNJ, em setembro de 2010; e na Coordenação do Projeto de Gestão de Processos e Gerenciamento de Rotinas/Processo Ordinário Cível, em outubro de 2010.

Ao magistrado Charles Barros ficaram as responsabilidades de atuar como Gestor da Ação Estratégica da área criminal/Ano da Justiça Criminal; na Coordenação da Conferência Livre sobre Segurança Pública no TJPA, em julho de 2009; na Coordenação do Projeto de Gestão de Processos e Gerenciamento de Rotinas na área criminal, em dezembro de 2010; como Membro do Grupo de Trabalho de Monitoramento de obras do Poder Judiciário do Conselho Nacional de Justiça que realizou estudos sobre as obras de engenharia dos Tribunais de Justiça; como Membro do Comitê Gestor de Contas e Precatórios do TJPA; na Coordenação do 1º Processo Seletivo Interno de Remoção de servidores; e como representante do TJPA perante o ENASPE (Secretaria Executiva da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública).









PRECATÓRIOS

OFÍCIOS REQUISITÓRIOS EXPEDID	QTD.
	41
ESTADO	21
IGEPREV	20
MUNICÍPIOS	3
IPAMB	2
CENTUR	1
INSS	1
PRODEPA	89
TOTAL REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR EXPE	DIDAS
And the same of th	QTD.
ENTIDADES DEVEDORAS	79
ESTADO	7
IGEPREV	49
MUNICÍPIOS	1
IPAMB	7
IASEP	4
INSS	147
TOTAL PROTO	
EXPEDIENTES RECEBIDOS VIA PROTO	QTD.
DESCRIÇÃO	595
ADMNISTRATIVO	0
JUDICIAL	595
TOTAL	
PROCESSO AGUARDANDO DEPÓSITO PARA	QTD.
ENTIDADES DEVEDORAS	339
ESTADO	40
MUNICÍPIOS	135
REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALO	514
TOTAL	317
OFÍCIOS DE ORDEM	QTD.
DESCRIÇÃO	QID.
ENTIDADES DEVEDORAS	295
(ESTADO/MUNICÍPIO E OUTROS)	295

LIBERAÇÕES EFETUADAS ATRAVÉS DE ÁLVARA DE LEVANTAMENTO (S	SISTEMA DE CONTA ÚNICA)
ESPÉCIE	QTD.
LIBERAÇÕES INDIVIDUAIS	1520
DEVOLUÇÃO DE IRRF	39
TOTAL	1559
DESPACHOS PROFERIDOS	
ESPÉCIE	QTD.
PEDIDO DE ORDEM PROCESSUAL	6
DETERMINANDO INCLUSÃO NO ORÇAMENTO	69
DETERMINANDO PAGAMENTO RPV	331
REMESSA AO MINISTÉRIO PÚBLICO	252
REMESSA AO SERVIÇO DE CONFERÊNCIA DE CÁLCULO	39
DILIGÊNCIA AO JUÍZO DE ORIGEM (MERO EXPEDIENTE)	47
ARQUIVAMENTOS	309
TOTAL	1053
PROCESSOS EM ANDAMENTO	
ESPÉCIE	QTD.
AGUARDANDO ALVARÁ JUDICIAL (ÓBITO BENEFICIÁRIO)	38
AGUARDANDO DEPÓSITO	175
SERVIÇO DE CÁLCULO	21
TOTAL	234
PROCESSOS AUTUADOS	
ESPÉCIE	QTD.
CRÉDITO ALIMENTAR	36
CRÉDITO COMUM	17
REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALO	145
TOTAL	198
PROCESSOS DE RPV LIQUIDADOS	
ENTIDADES DEVEDORAS	QTD.
ESTADO	21
IGEPREV	4
MUNICÍPIOS	7
TOTAL	32

COORDENADORIA DO CONTROLE INTERNO

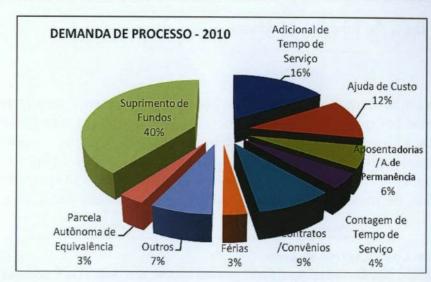
Coordenadoria de Controle Interno é o órgão responsável pela atividade de Controle Interno do Poder Judiciário do Estado do Pará, ligado diretamente à Presidência deste Egrégio Tribunal, que atua de forma independente e autônoma, por meio de análise, consultas, pesquisas, diagnósticos e prognósticos, visando à racionalização, eficiência, eficácia, economicidade e legalidade das decisões e projetos executados na gestão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial, contribuindo com seu desenvolvimento e crescimento. Atualmente a CCI é composta por uma coordenação e três divisões: Divisão de Auditoria, Divisão de Acompanhamento e Divisão de Controle de Receitas, com o quadro funcional integrado por 08 (oito) servidores e 01 (um) estagiário. Em 2010 houve grande diversificação nas atividades desta Coordenadoria:

- Análise do relatório periódico da prestação de contas financeira, orçamentária e patrimonial encaminhada para o Tribunal de Contas do Estado do Pará TCE/PA.
 - Acompanhamento na movimentação do Sistema de Arrecadação Judiciária;
 - Análise e manifestação nos processos de concessão de Suprimentos de Fundos;
 - Assessoria Jurídica e Contábil em processos administrativos;
 - Análise da regularidade na execução de contratos e convênios encaminhados à CCI;
- Análise de processos de Obras, Serviços de Engenharia e de Prestações de Serviços com Locação de Mão de Obras, em consonância com as Resoluções n°79/2010 e n°114/2010-CNJ.
- Visitas de vistoria in loco em obras do TJEPA localizadas na Região Metropolitana e no Interior do Estado (Icoaraci, Ananindeua, Marituba, Benevides, Marabá, Parauapeba, Igarapé-Miri, São Domingos do Capim, Juriti, Oriximina, Novo Progresso).

FORAM REALIZADAS COMO ATIVIDADES EXTRAS:

- Viagens de Acompanhamento nos Cartórios Judiciais e Extrajudiciais nas Comarcas de São Felix do Xingu e Santana do Araguaia, conjuntamente com a Coordenadoria Geral de Arrecadação;
- Auditorias Extraordinárias realizadas nos Convênios n°008/2008 Construção do prédio do Fórum da Comarca de Juriti e n°015/2008 - Reforma do Fórum da Comarca de Oriximiná;
- Sindicância para apuração de custas no Fórum da Comarca de Marabá, sendo necessária a realização de visitas in loco a referida Comarcas para coleta de dados e análise das informações, conforme determinado pela Corregedoria das Comarcas do Interior;

AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NESTE EXERCÍCIO ESTÃO DEMONSTRADAS NO GRAFICO ABAIXO:



IMPLEMENTAÇÕES FUNCIONAIS - CCI

Em razão do fluxo contínuo de entrada e saída de processos, do aumento na diversidade de matérias para análise desta Coordenadoria, foi implementado o controle de distribuição e encaminhamento dos mesmos, proporcionando o aprimoramento e celeridade nas atividades, conforme demonstrado nas Tabelas 02 e 03, que resultou, em sua maioria, um fluxo maior de análise e encaminhamento dos processos.

TABELA 02 - FLUXO DE ANÁLISE E ENCAMINHAMENTO PROCESSUAL CCI /2010 PROCESSOS PARA ANÁLISE EM 2010:

ENTRADA EM 2009	ENTRADA EM 2010	SAÍDAS	EM FASE DE ANÁLISE
220	416	549	87

DENTRE OUTRAS IMPLEMENTAÇÕES PODEMOS DESTACAR:

- Ampliação da esfera de atuação por assuntos abordados;
- Elaboração de proposta para a criação da Secretaria de Controle Interno;
- · Pesquisas de aprimoramento;
- Proposta de ampliação físico-estrutural;
- Organização dos servidores em equipes de trabalho, visando uma maior interação da equipe e presteza nas atividades desenvolvidas;

Por fim, encontram-se previstas auditorias para o exercício de 2011, tais quais: auditorias nos Sistema de Arrecadação, Sistema de Transporte e Sistema de Almoxarifado e Compras.

Fonte: Sistema de Controle de Processos CCI/2010

CENTRAL DE APOIO AOS MAGISTRADOS

s ações implementadas no biênio de 2009 e 2010 tiveram como vertente principal proporcionar aos magistrados apoio técnico-jurídico e técnicoadministrativo e melhorar a prestação jurisdicional, referente à qualidade dos serviços e a celeridade necessária, dentro das limitações existentes. Apresenta, clara e objetivamente, algumas dessas ações, de forma sintetizada, cujos resultados positivos vêm ao encontro do fiel princípio da aplicação da Justiça para todos, de forma equânime, célere e, sobretudo, cada vez mais próxima do jurisdicionado.

Marco Antônio Lobo Castelo Branco
Juiz de Direito e Coordenador da CAM

A PRODUÇÃO

A Central apresenta, clara e objetivamente, o resultado de suas ações, formaliza, sintetiza e demonstra que no biênio 2009/2010, a concentração de esforços foi ao encontro do fiel princípio da aplicação da Justiça para todos, de forma equânime, célere e, sobretudo, cada vez mais próxima do jurisdicionado.

Número de Magistrados Atendidos pela CAM - 2009/2010

Atendimento	Ano	
	2009 (1)	2010 (2)
Capital	244	205
Interior	404	473
Total	648	678

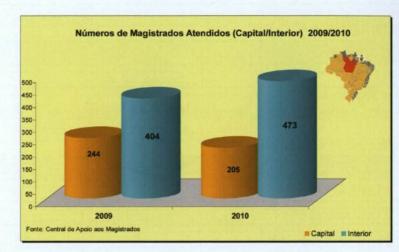
Fonte: Central de Apoio aos Magistrados - CAM

Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(1) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função dos ajustes correcionais na coleta – não consta informação no período de dezembro no que tange o recesso forense (20.12.2009 a 06.01.2010);

(2) Dados coletados até 16.12.2010.

Números de Magistrados Atendidos (Capital/Interior) 2009/2010



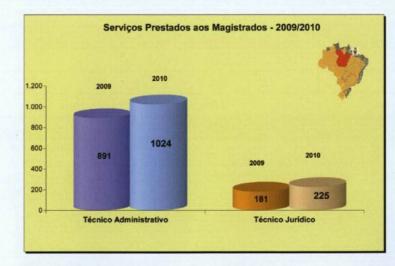
SERVIÇOS PRESTADOS AOS MAGISTRADOS SEGUNDO TIPOS - 2009/2010

Atendimento	Ano	
	2009 (1)	2010 (2)
Técnico Administrativo	891	1024
Técnico Jurídico	181	225
Total	1.072	1.249

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados - CAM

Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

(2) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função de ajustes correcionais na coleta – não consta informação no período de dezembro no que tange o recesso forense



(20.12.2009 a 06.01.2010);

(2) Dados coletados até 16.12.2010.

DEMONSTRATIVO DE MAGISTRADOS - 2010

. 20 GRAU (TRIBUNAL DE JUSTICA)

12" GRAO (TRIDOTALE	7-700		
Cargo	Provido	Vago	Total
	20	01	30
Desembargadores	23		

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados - CAM

Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa do Poder Judiciário até 09.12.2010

2 JUSTICA COMUM DE 1º GRAU

Juiz/Entrância	Provido	Vago	Total
Juiz de Direito – 1ª Entrância	46	18	64
Juiz de Direito – 2ª Entrância (*)	91	19	110
Juiz de Direito – 3ª Entrância (**) (***)	87	09	96
Juiz de Direito Substituto	54		54
Total	278	46	324

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados - CAM

Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa do Poder Judiciário até 09.12.2010

Nota: (*) Juiz lotado nas Varas Cíveis, Criminais, Agrárias e Juizado Especial;

(**) Juiz lotado nas Varas Cíveis, Criminais, Distritais e Juizados Especiais;

(***) Juiz não Titulares de Vara.

Pretor	Provido	Vago	Total
Pretor (****)	06		06
Total	06		06

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados - CAM

Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa do Poder Judiciário até 09.12.2010 Nota: (****) Pretor lotado: Varas dos Juizados Especiais da Capital e nos Juizados Especiais do Interior;

Juiz	Provido	Vago	Total
Juiz de Direito – 1ª Entrância (Vara Cível/Criminal)	46	18	64
Juiz de Direito – 2ª Entrância (Vara Cível/Criminal)	88	14	102
Juiz de Direito – 2ª Entrância (Vara Agrária)	02	03	05
Juiz de Direito – 2ª Entrância (Vara J. Especial)	01	02	03
Juiz de Direito – 3ª Entrância (Vara Criminal)	22	04	26
Juiz de Direito – 3ª Entrância (Vara Cível)	26	04	30
Juiz de Direito – 3ª Entrância (Vara Distrital)	06	- 1	06
Juiz de Direito – 3ª Entrância (Vara J. Especial)	19		19
Juiz de Direito – 3ª Entrância (Não Titular de Vara)	14	01	15
Juiz de Direito Substituto	54		54
Total	278	46	324

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados - CAM

Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa do Poder Judiciário até 09.12.2010

Pretor	Provido	Vago	Total
Pretor (Varas dos Juizados Especiais)	03		03
Pretor (Juizados Especiais)	03		03
Total	06		06

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados - CAM

Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa do Poder Judiciário até 09.12.2010

DEMONSTRATIVO DAS COMARCAS POR ENTRÂNCIA - 2010

Entrância	Quantidade Comarca	Quantidade Vara
1ª Entrância	64	64
2ª Entrância	43	110 (*)
3ª Entrância	01	84 (**)
Total	108	258

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados - CAM

Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa do Poder Judiciário

Nota: (*) Varas: Cíveis, Criminais, Agrárias e Juizado Especial; (**) Varas: Cíveis, Criminais, Distritais e Juizados Especiais até 09.12.2010

DEMONSTRATIVO DAS COMARCAS POR ENTRÂNCIA/VARA - 2010

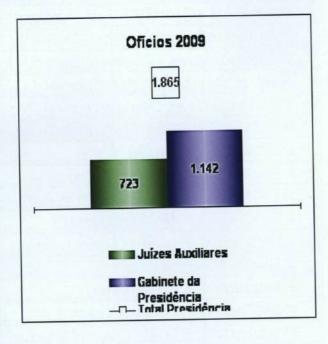
ENTRÂNCIAS/ VARA(S)	VARA	COMARCAS
1ª Entrância (Cíveis/Criminais)	64	64
TOTAL DE 1ª ENTRÂCINA	64	
2ª Entrância (Cíveis)	25	
2ª Entrância (Infância)	03	
2ª Entrância (Cível/Infância)	10	
2ª Entrância (Cíveis/Criminais/Infância)	08	
2ª Entrância (Cíveis/Criminais)	09	
2ª Entrância (Única)	22	
2ª Entrância (Criminal)	19	43
2ª Entrância (Crimes contra Mulher)	03	
2ª Entrância (Tribunal do Júri/Entorpecente)	01	
2ª Entrância (Execuções Penais e de Penas e Medidas Alternativas)	02	
2ª Entrância (Agrárias)	05	
2ª Entrância (Juizado Especial)	02	
TOTAL DE 2ª ENTRÂNCIA	110	
3ª Entrância (Juízo Singular)	12	
3ª Entrância (Tribunal Júri)	03	
3ª Entrância (Crime contra Criança)	01	
3ª Entrância (Crime contra o Consumidor e Imprensa)	01	
3ª Entrância (Crime de Entorpecente/Organização Criminosa)	01	01
3ª Entrância (Crime contra Ordem Tributária)	01	
3ª Entrância (Inquérito Policial)	01	
3ª Entrância (Carta Precatória - Criminal)	01	
3ª Entrância (Execuções Penais)	02	
3ª Entrância (Execuções de Penas e Medidas Alternativas)	01	
3ª Entrância (Crimes contra Mulher)	02	
TOTAL DE VARAS CRIMINAIS (3ª ENTRÂNCIA)	26	

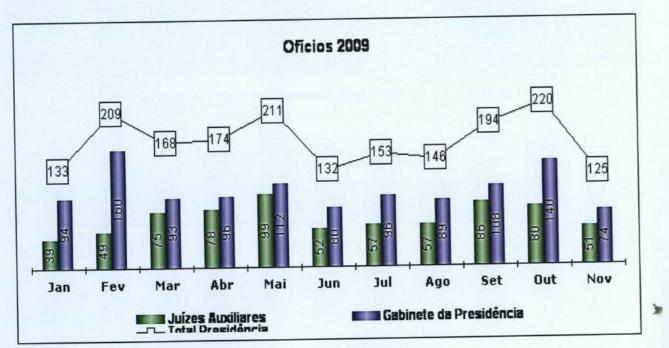
3ª Entrância (Família)	08	
3ª Entrância (Infância e Juventude)	02	
3ª Entrância (Fazenda Pública)	06	
3ª Entrância (Cíveis)	13	
3ª Entrância (Carta Precatória - Cível)	01	
TOTAL DE VARAS CÍVEIS (3ª ENTRÂNCIA)	30	
3ª Entrância (Infância/Distrital - Icoaraci)	01	
3ª Entrância (Família/Distrital - Icoaraci)	01	
3ª Entrância (Cível e Comércio/Distrital - Icoaraci)	01	
3ª Entrância (Juízo Singular e Tribunal do Júri/Distrital - Icoaraci)	02	
3ª Entrância (Cível/Criminal/Distrital - Mosqueiro)	01	
TOTAL DE VARAS DISTRITAIS (3ª ENTRÂNCIA)	06	
3ª Entrância (J. E. Cíveis)	07	
3° Entrância (J. E. Relação de Consumo)	03	
3° Entrância (J. E. Acidente de Trânsito)	01	
3° Entrância (J. E. Meio Ambiente)	01	
3° Entrância (J. E. Cível e Criminal Idoso)	02	
3° Entrância (J. E. Criminal)	05	
3° Entrância (J. E. Cível Icoaraci)	01	
3° Entrância (J. E. Criminal Icoaraci)	01	
3° Entrância (J. E. Cível / Criminal Mosqueiro)	01	
TOTAL DE JUIZADOS ESPECIAIS (3º ENTRÂNCIA)	22	
TOTAL DE 3ª ENTRÂNCIA	84	
TOTAL VARAS / COMARCAS	258	108

Fonte: Central de Apoio aos Magistrados – CAM Análise e Tabulação dos Dados: Assessoria Técnica Administrativa do Poder Judiciário até 09.12.2010

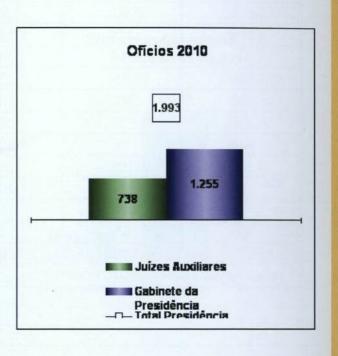
EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA

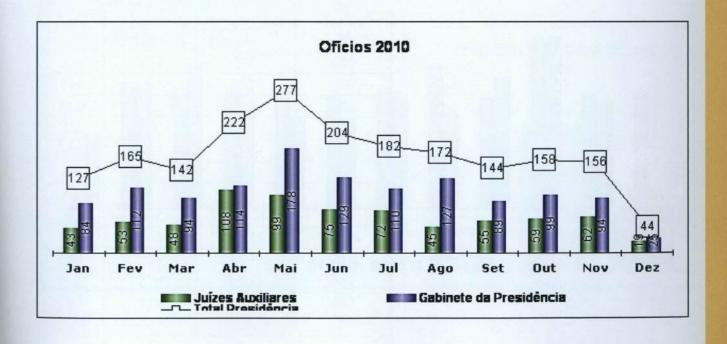
	OFÍCIOS 2009				
Mês	Juízes Auxiliares	Gabinete da Presidência	Total Presidência		
Jan		-	0		
Fev	39	94	133		
Mar	49	160	209		
Abr	75	93	168		
Mai	78	96	174		
Jun	99	112	211		
Jul	52	80	132		
Ago	57	96	153		
Set	57	89	146		
Out	86	108	194		
Nov	80	140	220		
Dez	51	74	125		
TOTAL	723	1.142	1.865		





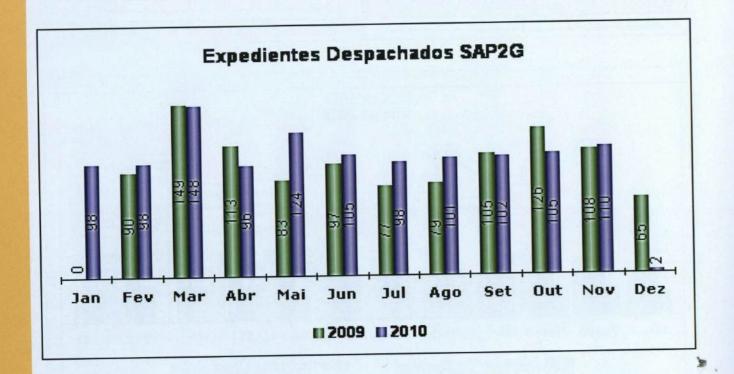
Mês	Juízes Auxiliares	Gabinete da Presidência	Total Presidênc
Jan	43	84	127
Fev	53	112	165
Mar	48	94	142
Abr	108	114	222
Mai	99	178	277
Jun	75	129	204
Jul	72	110	182
Ago	45	127	172
Set	55	89	144
Out	59	99	158
Nov	62	94	156
Dez	19	25	44
TOTAL	738	1.255	1.993





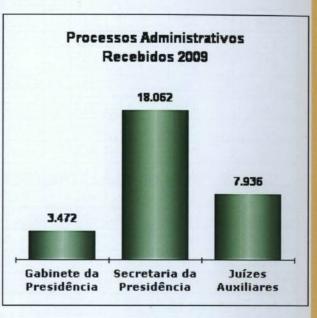
Mês	2009	2010
Jan	0	98
Fev	90	98
Mar	149	148
Abr	113	96
Mai	83	124
Jun	97	105
Jul	77	98
Ago	79	101
Set	105	102
Out	126	105
Nov	108	110
Dez	65	2
TOTAL	1.092	1.187



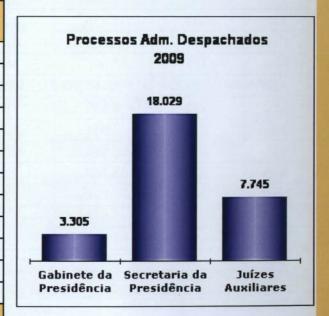


PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - ANO 2009

PROAD RECEBIDOS 2009				
Mês	Gabinete da Presidência	Secretaria da Presidência	Juízes Auxiliares	
Jan	126	912	633	
Fev	305	1.050	539	
Mar	342	1.405	673	
Abr	250	1.268	574	
Mai	548	1.622	723	
Jun	484	1.935	717	
Jul	292	1.667	688	
Ago	286	1.654	632	
Set	176	1.630	816	
Out	250	1.660	686	
Nov	225	2.115	844	
Dez	188	1.144	411	
TOTAL	3.472	18.062	7.936	

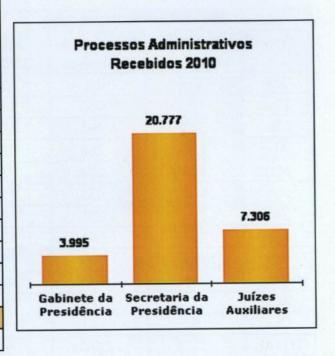


ETER I	PROAD E	NVIADOS 2009	9
Mês	Gabinete da Presidência	Secretaria da Presidência	Juízes Auxiliares
Jan	139	830	640
Fev	292	1.034	509
Mar	376	1.407	628
Abr	320	1.258	549
Mai	423	1.644	673
Jun	448	1.938	692
Jul	261	1.627	679
Ago	261	1.697	706
Set	162	1.721	750
Out	223	1.732	713
Nov	279	1.935	764
Dez	121	1.206	442
TOTAL	3.305	18.029	7.745



PROCESSOS ADMINISTRATIVOS - ANO 2010

	PROAD RE	CEBIDOS 201	0
Mês	Gabinete da Presidência	Secretaria da Presidência	Juízes Auxiliares
Jan	229	1.248	478
Fev	231	1.382	511
Mar	370	1.894	648
Abr	250	1.751	654
Mai	414	2.227	791
Jun	294	2.058	788
Jul	191	1.866	770
Ago	250	2.116	833
Set	208	1.901	768
Out	601	1.605	418
Nov	692	2.192	539
Dez	265	537	108
TOTAL	3.995	20.777	7.306



Mês	Gabinete da Presidência	Secretaria da Presidência	Juízes Auxiliares
Jan	207	1.176	467
Fev	205	1.305	487
Mar	313	2.006	666
Abr	237	1.713	631
Mai	372	2.108	795
Jun	265	2.011	794
Jul	190	1.814	723
Ago	224	2.167	826
Set	201	1.796	732
Out	561	1.644	418
Nov	667	2.027	456
Dez	114	463	72
TOTAL	3.556	20.230	7.067



RELATÓRIO DE DESPACHOS ASSINADOS PELA PRESIDÊNCIA 2009 - (ATÉ 16/12/2009)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO	94
PEDIDO DE SUSPENSÃO	138
AGRAVO REGIMENTAL	25
DIVERSOS	29
MEDIDA CAUTELAR	2
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	4
RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL	1
INTERVENÇÃO FEDERAL	3
INTERVENÇÃO ESTADUAL	1
TOTAL	297

DETALHAMENTO DOS DESPACHOS EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS:

NEGADO SEGUIMENTO	76
DADO SEGUIMENTO	2
COMPLEMENTAÇÃO DE PREPARO	7
RETIDO (ARTIGO 542, § 3° CPC)	9
TOTAL	94

DETALHAMENTO DOS DESPACHOS EM INTERVENÇÃO FEDERAL:

INDEFERIDA	2
PREJUDICADA	1
TOTAL	3

DETALHAMENTO DOS DESPACHOS EM PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINARES, TUTELAS ANTECIPADAS, SEGURANÇA, ETC.:

INDEFERIDO	57
DEFERIDO	14
DEFERIDO PARCIALMENTE	4
DEFERIDO EFEITO SUSPENSIVO LIMINAR	2
PREJUDICADO	5
NÃO CONHECIDO	7
DESPACHOS DIVERSOS EM PEDIDOS DE SUSPENSÃO (Solicitação de informações, de juntada de decisão, de parecer do MP, etc.)	49
TOTAL DE JULGADOS E DESPACHOS DIVERSOS	138

DETALHAMENTO DOS DESPACHOS EM AGRAVOS REGIMENTAIS:

NEGADO PROVIMENTO	12
NÃO CONHECIDO	04
PREJUDICADO	06
OUTROS	3
TOTAL	25

ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

RELATÓRIO DE DESPACHOS ASSINADOS PELA VICE-PRESIDÊNCIA 2009 (ATÉ 16/12/2009)

RECURSOS ESPECIAIS	369
RECURSOS ORDINÁRIOS EM HC	12
RECURSOS ORDINÁRIOS EM MS	10
DIVERSOS	29
MEDIDA CAUTELAR	3
TOTAL	420

DETALHAMENTO DOS DESPACHOS EM RECURSOS ESPECIAIS:

NEGADO SEGUIMENTO	338
DADO SEGUIMENTO	20
COMPLEMENTAÇÃO DE PREPARO	8
RETIDO (ARTIGO 542, § 3º CPC)	3
TOTAL	369

ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA

DESPACHOS ASSINADOS PELA PRESIDÊNCIA 2010 (ATÉ 17/12/2010)

RECURSO EXTRAORDINÁRIO	136
PEDIDO DE SUSPENSÃO	88
AGRAVO REGIMENTAL	22
DIVERSOS	50
MEDIDA CAUTELAR	04
EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO	06
INTERVENÇÃO FEDERAL	02
INTERVENÇÃO ESTADUAL	07
TOTAL	316

DESPACHOS EM RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS:

NEGADO SEGUIMENTO	107
DADO SEGUIMENTO	03
COMPLEMENTAÇÃO DE PREPARO	11
RETIDO (ARTIGO 542, § 3° CPC)	15
TOTAL	136

DESPACHOS EM PEDIDOS DE SUSPENSÃO DE LIMINARES, TUTELAS ANTECIPADAS, SEGURANÇA, ETC.:

INDEFERIDO	32
DEFERIDO	28
DEFERIDO PARCIALMENTE	06
PREJUDICADO	06
NÃO CONHECIDO	02
DESPACHOS DIVERSOS EM PEDIDOS DE SUSPENSÃO (Solicitação de informações, de juntada de decisão, de parecer do MP, etc.)	14
TOTAL DE JULGADOS E DESPACHOS DIVERSOS	88

DESPACHOS EM AGRAVOS REGIMENTAIS:

NEGADO PROVIMENTO	13
NÃO CONHECIDO	06
OUTROS	03
TOTAL	22

DESPACHOS ASSINADOS PELA VICE-PRESIDÊNCIA 2010 (ATÉ 17/12/2010)

RECURSOS ESPECIAIS	621
RECURSOS ORDINÁRIOS EM HC	23
RECURSOS ORDINÁRIOS EM MS	04
DIVERSOS	31
MEDIDA CAUTELAR	04
AGRAVO REGIMENTAL	02
TOTAL	685

DESPACHOS EM RECURSOS ESPECIAIS:

NEGADO SEGUIMENTO	581
DADO SEGUIMENTO	26
COMPLEMENTAÇÃO DE PREPARO	08
RETIDO (ARTIGO 542, § 3° CPC)	06
TOTAL	621





ESTATÍSTICAS JUDICIAIS

s estatísticas, instrumento norteador do Poder Judiciário, estão pautadas nos princípios da veracidade dos dados e da eficiência do Sistema de Informações. Configura-se como uma fonte confiável que prima pela qualidade da informação, sendo uma ferramenta fundamental no processo de avaliação do desempenho dos órgãos do Poder judiciário. Os indicadores obtidos a partir dessas premissas serviram como instrumentos de gestão e aperfeiçoamento da prestação jurisdicional da Justiça Estadual.

ESTATÍSTICAS JUDICIAIS PROCESSUAIS

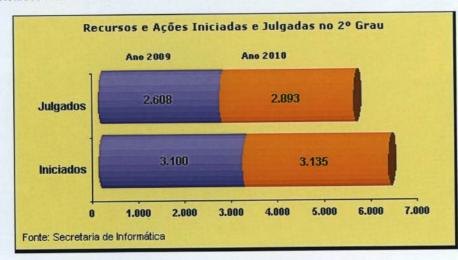
JUSTIÇA DO 2º GRAU - 2009/2010

Recursos	e Ações Cíveis e	e Criminais Origi	inários	
Órgão de Julgamento	Iniciac	das (1)	Julgadas (1)	
	2009 (2)	2010 (3)	2009 (2)	2010 (3)
Tribunal Pleno	572	384	420	310
Conselho da Magistratura	35	31	19	10
Câmaras Cíveis Reunidas	519	383	696	435
Câmaras Criminais Reunidas	1.974	2.337	1.473	2.138
Total	3.100	3.135	2.608	2.893

Fonte: Secretaria de Informática

Análise e Tabulação dos dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

- (1) Dados aproximados fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento de Processo SAP2G
- (2) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função de ajustes correcionais no Sistema de Acompanhamento de Processo SAP2G
 - (3) Dados coletados até 30.11.2010.

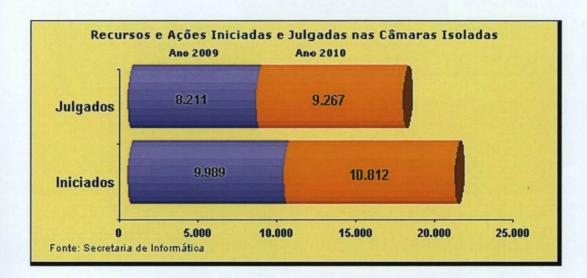


Recursos e Ac	ções Cíveis e Cri	iminais das Cân	naras Isoladas	
Órgão de Julgamento	Inicia	das (1)	Julgadas (1)	
	2009 (2)	2010 (3)	2009 (2)	2010 (3)
1ª Câmara Cível Isolada	2.299	2.232	1.547	2.014
2ª Câmara Cível Isolada	1.744	1.192	1.329	1.614
3ª Câmara Cível Isolada	1.037	1.913	1.373	1.867
4ª Câmara Cível Isolada	1.813	1.961	1.701	1.659
5ª Câmara Cível Isolada	1.655	1.453	1.182	1.072
1ª Câmara Criminal Isolada	662	586	385	398
2ª Câmara Criminal Isolada	375	703	351	302
3ª Câmara Criminal Isolada	404	772	343	341
Total	9.989	10.812	8.211	9.267

Fonte: Secretaria de Informática

Análise e Tabulação dos dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

- (1) Dados aproximados fornecidos pelo Sistema de Acompanhamento de Processo SAP2G
- (2) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função de ajustes correcionais no Sistema de Acompanhamento de Processo SAP2G
 - (3) Dados coletados até 30.11.2010.



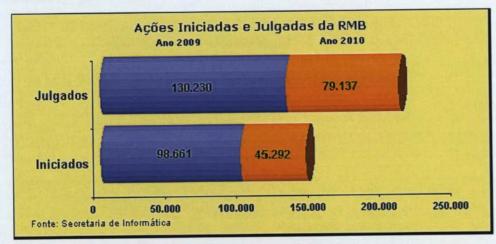
JUSTIÇA COMUM DE 1º GRAU - 2009/2010

	COMARCAS DA F	REGIÃO METROPOL	ITANA DE BELÉM	
	Açõ	es Iniciadas e Julga	idas	
Ações	Iniciac	Iniciadas (1)		das (1)
	2009 (2)	2010 (3)	2009 (2)	2010 (3)
Cíveis	74.336	35.674	110.829	63.384
Criminais	24.325	9.618	19.401	15.753
Total	98.661	45.292	130.230	79.137

Fonte: Secretaria de Informática

Análise e Tabulação dos dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

- (1) Dados aproximados fornecidos pelos Sistemas de Acompanhamento de Processo
- (2) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função de ajustes correcionais nos Sistemas de Acompanhamento de Processo (SAPXXI, LIBRA, PROJUD e BDJ)
 - (3) Dados coletados até 30.11.2010.



	CO	MARCAS DO INTER	OR		
	Açõ	es Iniciadas e Julga	idas		
Ações	Iniciac	das (1)	Julgao	as (1)	
	2009 (2)	2010 (3)	2009 (2)	2010 (3)	
Cíveis	88.395	92.391	87.210	97.430	
Criminais	55.763	53.395	45.393	67.218	
Total	144.158	145.786	132.603	164.648	

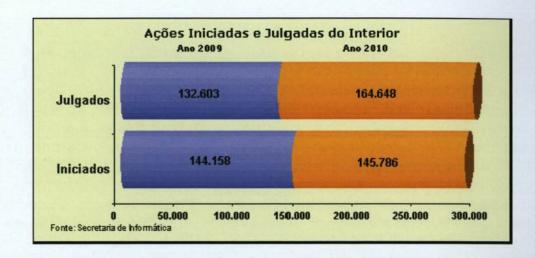
Fonte: Secretaria de Informática

Análise e Tabulação dos dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

- (1) Dados aproximados fornecidos pelos Sistemas de Acompanhamento de Processos
- (2) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função de ajustes correcionais no

Sistema de Acompanhamento de Processos (SAPXXI, LIBRA, PROJUD e BDJ)

(3) Dados coletados até 30.11.2010.



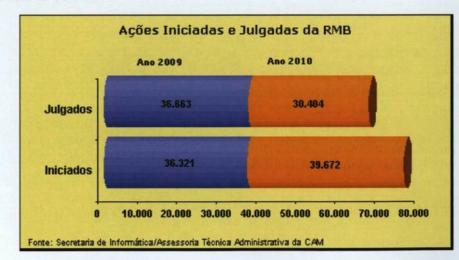
JUIZADOS ESPECIAIS - 2009/2010

THE PARTY OF THE PARTY OF	COMARCAS DA F	REGIÃO METROPOL	ITANA DE BELÉM	
	Açõ	es Iniciadas e Julga	idas	
Ações	Iniciadas (1)		Julgao	das (1)
	2009 (2)	2010 (3)	2009 (2)	2010 (3)
Cíveis	20.159	19.656	19.873	20.173
Criminais	16.162	20.106	16.790	10.231
Total	36.321	39.672	36.663	30.404

Fonte: Secretaria de Informática/ Assessoria Técnica Administrativa da CAM

Análise e Tabulação dos dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

- (1) Dados aproximados fornecidos pela Assessoria Técnica Administrativa da CAM, no sistema BDJ ano de 2009 e pela Secretaria de Informática ano 2010, nos sistemas: SAPXXI, SIJE e LIBRA
- (2) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função de ajustes correcionais no Sistema de Acompanhamento de Processos (SAPXXI, SIJE, LIBRA, PROJUD e BDJ)
 - (3) Dados coletados até 30.11.2010



	СО	MARCAS DO INTER	IOR	
	Açõ	es Iniciadas e Julga	ndas	
Ações	Iniciadas (1)		Julgadas (1)	
	2009 (2)	2010 (3)	2009 (2)	2010 (3)
Cíveis	5.377	7.039	5.425	4.488
Criminais	4.102	3.015	2.628	3.393
Total	9.479	10.054	8.053	7.881

Fonte: Secretaria de Informática/ Assessoria Técnica Administrativa da CAM

Análise e Tabulação dos dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

- (1) Dados aproximados fornecidos pela Assessoria Técnica Administrativa da CAM, no sistema BDJ ano de 2009 e pela Secretaria de Informática ano 2010, nos sistemas: SAPXXI, SIJE e LIBRA
- (2) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função de ajustes correcionais no Sistema de Acompanhamento de Processos (SAPXXI, SIJE, LIBRA, PROJUD e BDJ)
 - (3) Dados coletados até 30.11.2010



TURMA RECURSAL - 2009/2010

	Recursos	Iniciados e Julga	dos	
Turmas Recursais	Iniciados (1)		Julgados (1)	
	2009(2)	2010(3)	2009(2)	2010(3)
1ª Turma Recursal	983	1.754	553	1.072
2ª Turma Recursal	942	1.811	701	1.408
Total	1.925	3.565	1.254	2.480

Fonte: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

Análise e Tabulação dos dados: Assessoria Técnica Administrativa da CAM

- (1) Dados aproximados fornecidos pela Secretaria da Turma Recursal, analisados e cadastrados pela Assessoria Técnica Administrativa da CAM, no sistema BDJ
- (2) Dados levantados para o ano de 2009 registrou alteração em sua totalização em função de ajustes correcionais no Sistema BDJ
 - (3) Dados coletados até 30.11.2010.

JUSTIÇA EM NÚMEROS

Publicação das estatísticas do Poder Judiciário Nacional contidas nas resoluções 15/2006 e 76/2009 do CNJ, que têm por objetivo, orientar o planejamento estratégico e permitir a realização de diagnósticos sobre a situação do Poder Judiciário Estadual, além de contribuir para efetiva transparência da situação do Judiciário perante a sociedade.

Os indicadores publicados, na sexta edição, do "Justiça em Número 2009", em sua maioria e grandeza registraram o célere desempenho dos serviços prestados pelo Poder Judiciário aos seus jurisdicionados. No caso específico do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, reflete muito positivamente o alcance da gestão estratégica implementada no Tribunal, que vem a cada ano intensificando suas ações de modo a garantir melhoria substantiva no atendimento jurisdicional à sociedade paraense.

Os dados englobam as seguintes categorias gerais:

•Insumos, dotações e graus de utilização: levantam-se dados sobre despesas, pessoal, recolhimentos/receitas, informática e área física.

•Litigiosidade e carga de trabalho: calcula-se o quantitativo de casos novos, a carga de trabalho do magistrado, a taxa de congestionamento da Justiça, a taxa de recorribilidade externa e interna e a taxa de reforma da decisão.

•Acesso à justiça: averigua-se a despesa com assistência judiciária gratuita e o quantitativo de pessoal atendido.

•Perfil das demandas: busca-se levantar a participação governamental nas demandas judiciais.

Tabela 1: Indicadores da Justiça em Números (Estadual) de 2009/2008 (Res. 76/2009 – CNJ) – Insumos, dotações e graus de utilização.

1. Insumos, dotações e graus de utilização:	Ano 2008	Ano 2009
DESPESAS		
Despesa total da justiça sobre o PIB	0,71%	0,75%
Despesa total da justiça sobre a despesa pública	4,6%	4,4%
Despesa com pessoal sobre a despesa total	87,1%	91,9%
Despesa com bens e serviços sobre a despesa total	12,9%	13,4%
Despesa com pessoal e encargos sobre a despesa total	82,2%	85,5%
Despesa com custeio e capital sobre a despesa total	17,8%	19,5%
Despesa total da justiça por habitantes	R\$ 52,32	R\$ 59,68
RECURSOS HUMANOS		
Magistrados por 100.000 habitantes	4,0	3,9
Pessoal auxiliar por 100.000 habitantes	49,9	45,9
Pessoal do quadro efetivo por 100.000 habitantes	26,0	28,1

RECEITAS		
Valores recolhidos sobre despesa total da justiça	9,6%	10,0%
Receitas decorrentes de execução fiscal sobre a despesa total	6,4%	2,2%
Depósitos judiciais em processos da justiça	R\$ 188.138.617,00	R\$ 246.281.301,00
INFRAESTRUTURA COMPUTACIONAL		
Gastos com informática da justiça estadual	1,5%	3,8%
Nº de computadores por usuários da justiça estadual	0,75	0,98
INFRAESTRUTURA FISÍCA DO PODER JUDICIÁRIO		
Despesa por metro quadrado (total)	R\$ 2.924,41	R\$ 3.335,47
Pessoal auxiliar por metro quadrado útil	0,03	0,03
Processos por metro quadrado útil	7,6	5,9

Fontes: Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças/Secretaria de Informática/Divisão de Gestão de Pessoal/ Central de Apoio aos Magistrados/Coordenadoria de Depósito/Diretoria Financeira/Departamento de Engenharia, Arquitetura e Manutenção - TJPA - CNJ – IBGE- SEFA

Cálculo: Coordenadoria de Estatística/SEPLAN/TJPA

Análise dos Resultados: Coordenadoria de Estatística/SEPLAN/TJPA

DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA - DPJ

No ano de 2009, as despesas totais da Justiça Estadual somaram o montante de R\$ 21 bilhões, o que equivale a 0,67% do PIB nacional, 16,43% do gasto público dos estados e a R\$ 109,92 ao ano, por habitante, contra as despesas totais da Justiça Estadual do ano anterior que somaram o montante de R\$ 19,1 bilhões, o equivalente a 0,66% do PIB nacional e 5,2% do gasto público dos estados e a R\$ 100,56 ao ano, por habitante.

Infere-se desta comparação uma taxa de crescimento anual da despesa total da justiça estadual em torno de 10,3% a.a. A proporcionalidade em relação ao PIB mostra-se estável, já a relação com o gasto público dos estados mostra-se 3,1 vezes maior em 2009. Para o TJPA o crescimento foi da ordem de 14,1%. O mapa 1 expressa a distribuição da despesa total da justiça – DPJ em 2008, as maiores despesas estão representadas na cor marrom. Os círculos azuis denotam a dimensão (tamanho) dessas despesas. Assim, verifica-se que espacialmente os grandes volumes de despesas encontram-se majoritariamente distribuídas no centro Sul-Sudeste com alguma incidência no Nordeste e Centro-Oeste. Grande parte da região Norte em 2008 encontrava-se em situação mediana nesta comparação.





Fonte: CNJ

Em 2009 (Mapa 2), a situação mediana da Região Norte persiste, embora os Tribunais de Justiça dos Estados do Pará e do Maranhão passem a compor o quadro majoritário. Naturalmente, em termos absolutos, as maiores despesas concentram-se nos cinco tribunais classificados como de grande porte, além do Distrito Federal, já que este recebe recursos da União. Todos eles gastam pelo menos R\$1 bilhão ao ano, e, juntos, esses seis tribunais (TJ-SP, TJ-MG, TJ-RJ, TJ-RS, TJ-DFT e TJ-BA, nesta ordem) somam R\$ 13,1 bilhões de despesas, ou seja, 62% de toda a Justiça Estadual. Também são responsáveis por 69% do PIB nacional e por 55% da população brasileira.

MAPA 2 - DPJ - 2009 SEGUNDO TRIBUNAIS ESTADUAIS



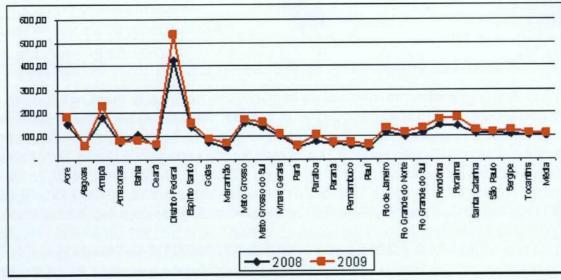
Fonte: CNJ

TRIBINAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - 2009/2010 <<

DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA POR HABITANTE

A despesa total de Justiça Estadual per capita, situa-se próximo a R\$ 100,00 tanto em 2008 quanto em 2009 (Gráfico 1). A maioria dos Tribunais Estaduais encontra-se acima dessa média com destaque para os Tribunais do Distrito Federal, Amapá, Acre, Roraima e Mato Grosso. Também é possível inferir pelo gráfico que alguns Tribunais Estaduais encontram-se abaixo da média nacional, como é o caso do Tribunal do Pará, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Paraná, Pernambuco e Piauí.

GRÁFICO 1: DESPESA TOTAL PER CAPITA (JUSTIÇA ESTADUAL) - 2008-09



Fonte: CNJ

DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA POR PROCESSO META 2 JULGADO ATÉ 31/12/2009

Estabelecendo-se a relação entre a despesa total da justiça estadual com o volume de processos julgados em 2009 da Meta 2, verificam-se valores relativamente menores para aqueles tribunais cuja produtividade mostrou-se expressiva naquele ano. Nesta relação o Tribunal de Justiça do Estado do Pará posiciona-se satisfatoriamente, juntamente com os TJ – Goiás e TJ- Rio de janeiro (Gráfico 2).

GRÁFICO 2: DESPESA TOTAL DA JUSTIÇA ESTADUAL EM RELAÇÃO AO VOLUME DE PROCESSOS JULGADOS META 2 - 2009

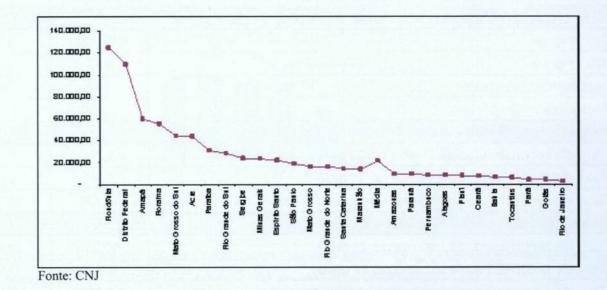


TABELA 2: INDICADORES DA JUSTIÇA EM NÚMEROS (ESTADUAL) DE 2009/2008 (RES. 76/2009 – CNJ) – LITIGIOSIDADE.

2. Litigiosidade:	Ano 2008	Ano 2009
CASOS NOVOS		
Casos novos por 100.000 habitantes no 2º grau	106	121
Casos novos por 100.000 habitantes no 1º grau	2.040	1.411
Casos novos por 100.000 habitantes nas turmas recursais	29	38
Casos novos por 100.000 habitantes nos juizados especiais	386	429
Casos novos por magistrados no 2º grau	260	295
Casos novos por magistrados no 1º grau	620	443
Casos novos por magistrados nas turmas recursais	267	345
Casos novos por magistrados nos juizados especiais	1.346	542
CARGA DE TRABALHO		
Carga de trabalho no 2º grau	939	537
Carga de trabalho no 1º grau	3.087	2.028
Carga de trabalho nas turmas recursais	319	485
Carga de trabalho nos juizados especiais	2.515	1.018
TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO TJPA GERAL	82,46%	50,65%
Taxa de congestionamento no 2º grau	77,5%	50,7%

Taxa de congestionamento no 1º grau	84,7%	52,5%
Taxa de congestionamento nas turmas recursais	24,8%	39,5%
Taxa de congestionamento nos juizados especiais	56,3%	36,6%
SENTENÇAS POR MAGISTRADO TJPA GERAL	497	1.097
No 2º grau	211	343
No 1º grau	472	1.124
Nas turmas recursais	240	241
Nos juizados especiais	1.100	1.788
TAXA DE RECORRIBILIDADE EXTERNA		
Taxa de recorribilidade externa no 2º grau	5,7%	1,9%
Taxa de recorribilidade externa no 1º grau	7,8%	4,8%
Taxa de recorribilidade externa nos juizados especiais	15,6%	15,5%
TAXA DE RECORRIBILIDADE INTERNA		
Taxa de recorribilidade interna no 2º grau	40,2%	14,8%
Taxa de recorribilidade interna no 1º grau	0,3%	0,9%
Taxa de recorribilidade interna nas turmas recursais	13,44%	13,34%
Taxa de recorribilidade interna nos juizados especiais	1,2%	2,5%
TAXA DE REFORMA DA DECISÃO		
Taxa de reforma da decisão no 2º grau	17,2%	21,7%
Taxa de reforma da decisão no 1º grau	28,9%	26,4%
Taxa de reforma da decisão nos juizados especiais	28,8%	25,6%

Fontes: Secretaria de Informática/Divisão de Gestão de Pessoal/Coordenadoria de Juizado Especial/Central de Apoio aos Magistrados - TJE - CNJ - IBGE

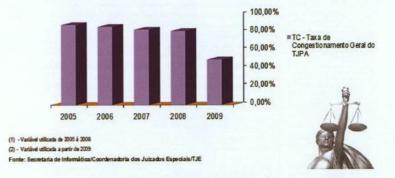
Cálculo: Coordenadoria de Estatística/SEPLAN/TJPA

Análise dos Resultados: Coordenadoria de Estatística/SEPLAN/TJPA

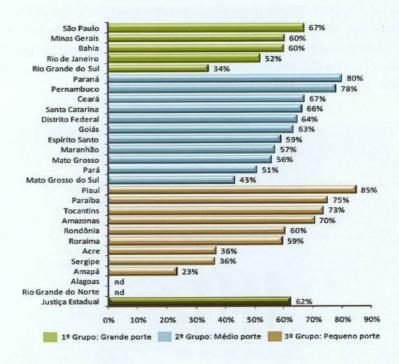
A Taxa de Congestionamento é um indicador fundamental na avaliação de desempenho, visto que, indica o volume de processos que a Justiça precisa dar vazão, para garantir um fluxo processual em tempo satisfatório aos anseios dos seus demandantes. Provém da relação entre o número de baixas/decisões que extinguem o processo e o somatório dos casos novos e pendentes de julgamento na instância requerida.

O resultado obtido para a Taxa de Congestionamento da Justiça Estadual em 2009 foi de 50,65%, representando queda de 31,81 pontos percentuais, quando comparado a 2008 (82,46%).

		TJPA				
Nomenclatura	Indicadores	2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de Congestionamento Geral do TJPA (%)	TC	89,33	87,19	83,92	82,47	50,65
Total de Casos Novos	CN	145.524	166.394	182.433	187.545	146.361
Total de Casos Pendentes de Julgamento	Срј	571.574	632.990	676.042	639,873	400.207
Nº Total de Sentenças m/Total de Processos Babxados ⊝	Sent/Baixt	76.500	102.381	138.070	145.082	269.735



De acordo com a publicação da Justiça em Número 2009 – CNJ, O TJPA registrou o 2º lugar em menor Taxa de Congestionamento (51%) na fase de conhecimento do 1º Grau e Juizados Especiais, entre os 11 Tribunais do 2º grupo (Médio Porte), tendo aferido índice abaixo da média Nacional de 62%.



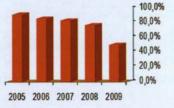
Já na fase de Execução a Taxa de Congestionamento do 1º grau e Juizados Especiais registrou o melhor desempenho, conferindo a menor Taxa de Congestionamento do seu grupo (63%), comparado à média Nacional de 90%.

No 1º grau o congestionamento registrou somente 52,5% em 2009, ficando 32,2 pontos percentuais abaixo do resultado do mesmo período do ano anterior de 84,7%.

O Juizado Especial registrou taxa de 36,6% no ano em análise, contribuindo para um decréscimo de 19,7 pontos percentuais quando comparado ao ano de 2008 (56,3%).

No 2º grau a Taxa de Congestionamento ficou em 50,7% no ano. Esse resultado representou queda em 26,8 pontos percentuais, quando comparado ao registrado no ano anterior que foi de 77,5%. Já a Turma Recursal apresentou 39,5% de taxa de congestionamento, ficando abaixo da média Nacional de 40,3%.

Nomenciatura	Indicadores	2º Grau				
NOTESTICIALLE &		2005	2006	2007	2008	2009
Taxa de Congestionamento no 2º Grau (%)	T2*	92,0	86,4	83,9	77,5	50,7
Casos Novos no 2º Grau	CN2°	4.922	5.448	5.949	7.790	8.836
Casos Pendentes de Julgamento no 2º Grau	Cpj2°	33.374	30.310	25.430	20.367	5.769
Número de Decisões que põem fim ao processo no 2º Graun/Total de Processos Baixados no 2º Graup	Sent2 ^e	3.064	4.879	5.063	6.330	7.199



2005 2006
(1) - Variável utilizada da 2005 à 2008
(2) - Variável utilizada a partir de 2009

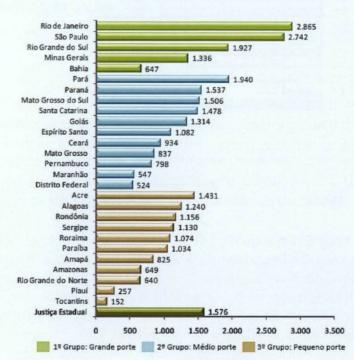




Outro indicativo que evidencia o comprometimento da Justiça com seus jurisdicionados e que reflete a capacidade de julgamento de feitos dos magistrados durante o ano é o de **Sentenças por Magistrados, computando um aumento em 121%** da média de sentenças por magistrados do Poder Judiciário paraense no ano de 2009, com destaque para o 1º grau que teve sua média acrescida em 138% quando registrou uma média por magistrado de 1.124 sentenças, comparado a 472 sentenças em 2008.

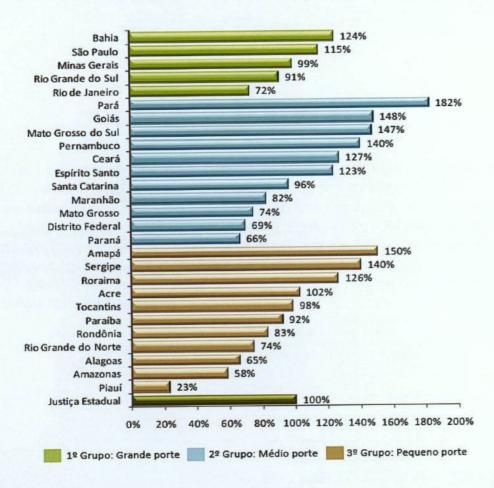
Nomenclatura	menclatura Indicadores			TJPA		
MCHRICIBELE B	moicadores	2005	2006	2007	2008	2009
Semenças por Magistrados do TJPA	STM	284	360	483	497	1.097
Número de Decisões e ou Sentenças	Sent	76.500	102.381	138.070	145.082	311.55
Número total de Magistrados	Mag	269	284	286	292	284
		- 11	1.000		enças por Magi	strados
2005 2006	2007 2008	2009	800 600 400 200 0	* Serti	enças por Magi	stados

Dentre os Tribunais de Médio Porte o TJPA se destaca com 1.940 processos julgados por magistrados (1º grau e Juizados), enquanto a média de seu grupo é de 1.137, desta forma, se apresenta como a 1º maior produtividade do grupo e a 3º maior produtividade na 1º instância da Justiça Comum.

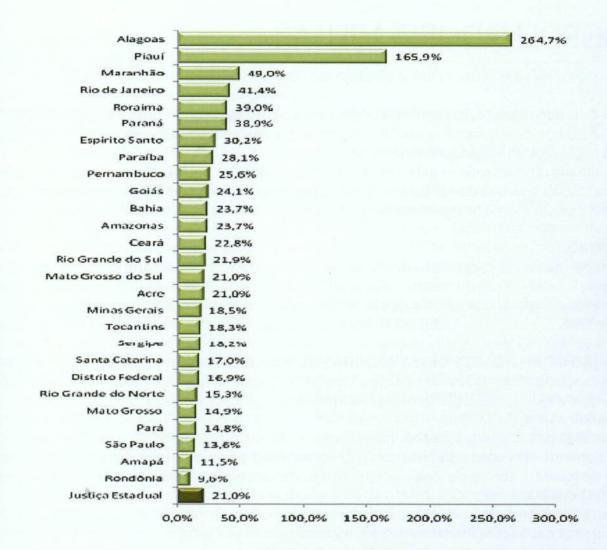


O indicador de processos baixados por casos novos é útil para analisar se o tribunal consegue durante um ano dar vazão aos processos, pelo menos, no mesmo quantitativo que ingressa – situação que atinge 100%, demonstrando que no geral não houve aumento do acervo durante o ano de 2009.

Mais uma vez o Pará ficou em 1º lugar entre todos os tribunais estaduais em números de processos baixados por casos novos (182%) computados para o 1º Grau e Juizados Especiais, bem acima da média de 100%.



Avaliando o nível de recursos e a qualidades das decisões providas pela magistratura Paraense, constata-se que a taxa de Recorribilidade Externa no 2º grau, que indicar o número de recursos endereçados aos Tribunais Superiores, ficou 1,9%, bem abaixo, da media nacional de 33,1%, segundo menor índice de recursos. O mesmo aferindo aos recursos internos interpostos no Tribunal 14,8%, abaixo da média nacional de 21,0%. Além do baixo índice de reforma das decisões dando provimento pelos Tribunais Superiores (21,7%).



Para o 1º grau as Taxas de Recorribilidade Externa, Recorribilidade Interna e Reforma de Decisão, apresentaram indicadores abaixo da média Nacional, significa dizer que o alto índice de produtividade associa-se ao elevado índice de incontestável nível de sentenças.

Apesar do Poder Judiciário Estadual apresentar ainda quadro de pessoal, Magistrados e Servidores, abaixo da média Nacional, para prestar atendimento a cada 100.000 hab. O desempenho da Justiça Paraense se fez presente nos 143 municípios do Estado.

COORDENADORIA MILITAR

Coordenadoria Militar do Tribunal de Justiça do Pará (CMTJ) foi criada pela Lei Estadual 6.500 de 4 de novembro de 2002, completando no ano de 2010, oito anos de serviços prestados ao Poder Judiciário Paraense.

Subordinada diretamente ao gabinete da Presidência do TJPA, a CMTJ tem o seu efetivo composto por oficiais e praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Pará, tendo suas atividades perfeitamente integradas a de outros setores do Poder Judiciário Paraense.

OBJETIVO:

Relacionar de forma sucinta as atividades da CMTJ desenvolvidas no ano de 2010, visando dar suporte na elaboração do Relatório Geral de Atividades do Tribunal de Justiça do Pará – Ano de 2010 e que engloba o 2º ano da gestão do Exmo. Sr. Desembargador Rômulo Nunes, presidente do TJPA.

RELAÇÃO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO ANO DE 2010:

- Segurança dos Exmos. Srs. Presidente e Vice Presidente do TJPA;
- Serviço de Ajundância de Ordens da Presidência do TJPA;
- Segurança de magistrados;
- Segurança dos Juizados Especiais Itinerantes;
- Policiamento de guarda da sede do TJPA, Fórum Cível e Fórum Criminal da capital, Fórum Distrital de Icoaraci, Fórum de Ananindeua, Fórum de Santarém e policiamento ostensivo nas imediações dos mesmos;
 - Segurança de todos os eventos oficiais;
 - Segurança nas Seções Plenárias de segundo grau;
 - Segurança das Seções dos Tribunais de Júri da capital;
- Transporte e escolta de armas e de drogas de todas as comarcas, para posterior destruição pelo Exército Brasileiro;
- Segurança nos transportes de bens de valores realizados pela Diretoria de Patrimônio entre os diversos prédios do TJPA;
- Reforço extraordinário nos postos bancários internos nos dias de pagamento a funcionários e servidores do TJPA;
- Aquisição de rádios de comunicação, coletes balísticos, algemas e munição de borracha e de calibre . 40, cal 12 e fuzil 765;
- Serviço de secretaria da Ordem do Mérito Judiciário e da Medalha Hermano Rodrigues do Couto;
- Apoio a Coordenadoria de Cerimonial do TJPA no desenvolvimento do cerimonial civil e militar relacionados aos eventos do Poder Judiciário;
- Serviço de segurança relacionado ao funcionamento dos elevadores e apoio ao Departamento de Engenharia nos serviços de manutenção dos mesmos em todos os prédios atendidos por esses equipamentos;

- Serviço de segurança e vigilância através de sistema de CFTV, nos prédios Sede e dos Fóruns Cível e Criminal do TJPA;
- Aprimoramento profissional do efetivo da Coordenadoria Militar, através de diversos cursos de formação, especialização e aperfeiçoamento;
- Elaboração e orientação técnica de todos os projetos de Segurança Contra Incêndio e Pânico dos prédios do Poder Judiciário Estadual;
- Planejamento e controle dos serviços de recarga dos extintores de incêndio instalados nos prédios do TJPA:
- Apoio no planejamento e execução junto ao Departamento de Engenharia do TJPA, nos serviços de ligações elétricas provisórias realizados pela CELPA, visando os eventos externos do TJPA;
- Orientação a Secretaria de Administração nos processos de licitação para compra de equipamentos e contratação de serviços voltados para a atividade de Segurança Contra Incêndios e Pânico;
- Intermediação junto ao HEMOPA, nos processos de doação de sangue nas situações que envolvem funcionários e servidores do TJPA como receptadores;
- Serviço de atendimento de primeiros socorros nos casos de acidentes de trânsito ocorridos nos entornos dos prédios Sede e dos Fóruns Cível e Criminal da Capital.

No ano em que a Coordenadoria Militar do TJPA completou oito anos de atividades, podemos afirmar que as dificuldades foram muitas, mas as conquistas e realizações em prol do Poder Judiciário Paraense também foram significativas e justificam todos os esforços empreendidos.

No ano de 2010, podemos afirmar que o efetivo da Coordenadoria Militar do TJPA, hoje composto por 10 oficiais, sendo 7 policiais militares e 3 bombeiros militares, e por 80 praças, dos quais, 68 policiais militares e 12 bombeiros militares, desenvolve e realiza com grande empenho, uma série de atribuições, imprescindíveis ao bom funcionamento das atividades judiciárias em nosso Estado, conforme destacado acima.

Nessa oportunidade em que relacionamos algumas de nossas atribuições e realizações, também nos investimos da consciência e da responsabilidade de que muito ainda precisa e deve ser feito, por este motivo, renovamos a certeza de nosso compromisso para o ano de 2011.



VICE-PRESIDÊNCIA

s ações desenvolvidas pela Vice-Presidência no biênio, concentraram-se no sentido de gerenciar as Câmaras Cíveis e Criminais Reunidas, possibilitando condições a efetiva prestação jurisdicional, e viabilizando a distribuição dos feitos no âmbito do 2º grau.

Dentre as ações realizadas, também configuraram: auxílio na supervisão e fiscalização das atividades da Secretaria Geral do Tribunal; juízo da admissibilidade dos recursos interpostos para o Superior Tribunal e Justiça – por delegação de competência da Presidência; baixa e recebimento de processos e expedientes; análise de recursos especiais; além de controle permanente de arquivos e processos.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

EXPEDIENTES	2009	2010(*)
Autorizações para Distribuição	3	2
Autorizações para Desabilitação	32	147
Memorandos Expedidos	6	40
Ofícios Expedidos	13	115
Ordens de Serviço Expedidas	6	1
Total	60	305

(*) Atualizada até 16/12/10

EXPEDIENTES	2009	2010(*)
Medida Cautelar	3	1
Recurso Especial – Dado seguimento	20	22
Recurso Especial – Negado seguimento	338	539
Recurso Especial – complementação de preparo	8	40
Recurso Especial retido – art. 542 § 3° CPC	3	26
Recurso Ordinário em Habeas Corpus	12	9
Recurso Ordinário em Mandado de Segurança	10	1
Diversos	29	52
Total	423	690

(*) Atualizado até 16.12.10

UNIDADES SUBORDINADAS A VICE-PRESIDÊNCIA DIVISÃO DE SUPORTE E ATIVIDADE ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

EXPEDIENTES	2009	2010 *
Informações em Habeas Corpus	13	40
Despachos diversos	1295	3653
Ofícios Expedidos	13	109
TOTAL	1321	3802

(*) Levantamento realizado até 16/12/10

CENTRAL DE DISTRIBUIÇÃO - 2º GRAU

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ÓRGÃO DE JULGAMENTO	2009	2010(*)
Tribunal Pleno	462	380
Conselho da magistratura	38	37
Câmaras Criminais Reunidas	1975	2756
Câmaras Cíveis Reunidas	527	435
TOTAL	3002	3608

Fonte: SAP 2G - atualizado até 15/12/10

ÓRGÃO DE JULGAMENTO	2009	2010(*)
1ª Câmara Cível Isolada	2275	2407
2ª Câmara Cível Isolada	1776	1330
3ª Câmara Cível Isolada	1020	2273
4ª Câmara Cível Isolada	1803	2079
5ª Câmara Cível Isolada	1694	1550
1ª Câmara Criminal Isolada	668	743
2ª Câmara Criminal Isolada	385	1032
3ª Câmara Criminal Isolada	420	906
TOTAL	10041	12320

Fonte: SAP 2G - atualizado até 15/12/10

CENTRAL DE MANDADOS *

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

EXPEDIENTES	2010 *
Mandados distribuídos cíveis	2825
Mandados cumpridos	2655
Mandados não devolvidos	170**
Ofícios recebidos	4
Ofícios expedidos	14
Memorandos recebidos	2

COMISSÃO DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA, REGIMENTO E ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS.

EXPEDIENTES RECEBIDOS	2009	2010*
Pedido de Providências – criação e renomeação de Varas; Instalações e elevações de Comarcas; Transferência de Jurisdição e Instalação de Juizados Especiais	51	27
Minutas, Adequação e Revisão de Resolução e Projetos de Lei	26	17
Edição de Súmula	1	-
Outros	28	-
TOTAL	106	44
JULGADOS NA COMISSÃO	31	27

^(*) Atualizado até 16/12/10





^(*) Atualizado até 16/12/10 (**) Mandados no prazo para devolução

79

CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA

s ações das Corregedorias de Justiça da Região Metropolitana e do Interior demonstraram, no biênio, de forma transparente, suas atuações como órgão de controle da atividade disciplinar com o objetivo de zelar pela eficiência no desempenho da atividade judiciária. Os resultados alcançados consolidam cada atividade prestada com eficácia operacional na busca da prestação jurisdicional.

O Desembargador Corregedor de Justiça da Região Metropolitana de Belém é responsável, num mandato de dois anos - e com o auxílio de Juízes Corregedores -, em manter funções administrativas, de orientação, fiscalização e disciplinares, por todas as questões referentes ao primeiro grau, envolvendo a Comarca da capital.

O Corregedor também tem a responsabilidade de realizar a correição geral ordinária sem prejuízo das extraordinárias que precisem ser feitas, apreciando os relatórios dos juízes de direito e aplicar as medidas cabíveis em caso de equívocos na condução do trabalho.

Durante o biênio 2009-2010, foram realizadas mais de 40 correições na Região Metropolitana de Belém. A Corregedora da Região Metropolitana de Belém, neste período, foi a Desembargadora Eliana Rita Daher Abufaiad.

COMPOSIÇÃO DA CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA

- CORREGEDORA DE JUSTIÇA DA REGIÃO METROPOLITANA Desembargadora ELIANA RITA DAHER ABUFAIAD
- GABINETE DA DESEMBARGADORA CORREGEDORA Chefe de Gabinete ELIANA DE FÁTIMA MELO E MELO Auxiliar de Gabinete CELI REGINA CASTRO DA COSTA
- GABINETE DOS JUÍZES CORREGEDORES: Juiz Corregedor JOSÉ ANTÔNIO FERREIRA CAVALCANTE Juiz Corregedor LÚCIO BARRETO GUERREIRO
- ASSESSORIA JURÍDICA: BENILSON MAURO DE SOUZA COSTA FABÍOLA INGRID RODRIGUES FRANCISCA EDILENE RIBEIRO VICENTE MÔNICA CRISTINA DE AZEVEDO HONDA NAÍZA RIBEIRO (Assessoria Técnico-Administrativa) NEYLTON CARLOS ALVARENGA FIGUEIRA RICARDO SANTIAGO TEIXEIRA

ANALISTAS JUDICIÁRIOS:

LUIS CARLOS LIMA DA CRUZ FILHO PATRÍCIA ALMEIDA YOKOYAMA (CEJAI) PEDRO JOSÉ CÂMARA RODRIGUES POLYANE COSTA PONTES QUEIROZ

SECRETARIA DA CORREGEDORIA DA REGIÃO METROPOLITANA:

DIVISÃO JUDICIÁRIA:

Chefe de Divisão: MAGNA GLÓRIA GARCIA CAMPOS Auxiliar Judiciária CRISTIANE DE SOUZA CARDOSO

SECRETARIA (Escrivania Judicial)

Diretora de Secretaria TERESA DE OLIVEIRA COSTA Auxiliar de Secretaria CLAUDIANA HAGE DE OLIVEIRA MARTINS Oficial de Justiça BRAZ WAGNER AMORAS ALVES Oficiala de Justiça SELMA DO SOCORRO LOPES PEDROSA

SEÇÃO DE REGISTRO DAS ATIVIDADES JUDICIAIS Chefe da Seção DÉBORA BORGES PAIVA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Chefe de Divisão: JOCIRENE ADELAIDE MARQUES DE MORAES

SEÇÃO DE PROTOCOLO, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO

Chefe da Seção: HILBERTO DOS SANTOS DUARTE

ESTAGIÁRIOS:

FERNANDA GÓES FERREIRA

CHEFIA DE GABINETE

Tipo de Documento	Quantidade
Ofícios Expedidos	1511
Notas Informativas	39
Avisos	37
Comunicados	131

TRIBINAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ - 2009/2010 <<

MATERIAIS REMETIDOS PARA PUBLICAÇÃO

Tipo de Documento	Quantidade	
Notas Informativas	39	
Avisos	37	
Comunicados	44	

DIVISÃO ADMINISTRATIVA DA CJRMB

Tipo de Documento	Quantidade
Memorandos	387
Ofícios Circulares	192
Ofícios Expedidos	1089
Portarias Expedidas	110
Requisição de Material de Expediente	73

MATERIAIS REMETIDOS PARA PUBLICAÇÃO

Tipo de Documento	Quantidade
Editais	
Instrução da CJRMB	02
Instrução Conjunta	
Portarias	110
Provimentos da CJRMB	02
Provimentos Conjuntos	06
Resenha	54

COMISSÃO JUDICIÁRIA ESTADUAL DE ADOÇÃO INTERNACIONAL

Tipo de Documento	Quantidade
Adoções (Número de Crianças)	14
Adoções em andamento (Número de Crianças)	04
Ofícios Circulares	02
Ofícios Expedidos	71
Ofícios Recebidos	52
Providência junto a Embaixada Estrangeira	01
Número de Casais Habilitados em 2009	08
Número de Sessões	10
Número Total de Crianças a serem indicadas aos pretendentes	03
Número Total de Pretendentes no Cadastro	07
Visitas em Abrigo	10

SECRETARIA DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM

Tipo de Documento	Quantidade
Decisões proferidas pela Desembargadora Corregedora. (Dados fornecidos pela Secretaria de Informática)	428
Procedimentos remetidos com conclusão aos Juízes Corregedores. (Dados fornecidos pela Secretaria de Informática)	95
Distribuídos à Assessoria Jurídica (Dados fornecidos pela Secretaria de Informática)	538
Remetidos à Divisão Judiciária. (Dados fornecidos pelos relatórios de remessa).	00
Remetidos à Presidência do TJE/PA. (Dados fornecidos pelos relatórios de remessa).	22
Remetidos a Destinos Diversos (Aos Diretores dos Fóruns da RMB). (Dados fornecidos pelos relatórios de remessa)	00
Ofícios Expedidos	1778
Procedimentos autuados. (Dados fornecidos pela Secretaria de Informática).	442
Aguardando informações com Ofícios expedidos em 2010.	18
Aguardando devolução de ofícios em poder de Oficial de Justiça	22
Aguardando Trânsito em Julgado	39
Consulta	11
Correições Extraordinárias	14
Correições Ordinárias	29